## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**GUSTAVO DE OLIVEIRA ALEXANDRE** 

ASPECTOS DA MIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL E O SUL DE MINAS: O CASO DE TURVOLÂNDIA (MG)

Alfenas/MG

2023

### **GUSTAVO DE OLIVEIRA ALEXANDRE**

# ASPECTOS DA MIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL E O SUL DE MINAS: O CASO DE TURVOLÂNDIA (MG)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado

como parte dos requisitos para a obtenção do título de **Licenciado** em Geografia pelo Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas - MG.

Orientador: Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto

Alfenas/MG

2023

#### Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Alexandre, Gustavo de Oliveira.

Aspectos da migração japonesa para o Brasil e Sul de Minas : O caso de Turvolândia (MG) / Gustavo de Oliveira Alexandre. - Alfenas, MG, 2023. 70 f. : il. -

Orientador(a): Gil Carlos Silveira Porto. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023. Bibliografia.

1. Migração. 2. Japoneses. 3. Resistência. 4. Economia. 5. População. I. Porto, Gil Carlos Silveira , orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

## **GUSTAVO DE OLIVEIRA ALEXANDRE**

## ASPECTOS DA MIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL E O SUL DE MINAS: O CASO DE TURVOL NDIA (MG)

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o l parte dos requisitos para a obtenção do título de Lice Federal de Alfenas.	
Aprovada em: de de 2	
Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto - Orientador Universidade Federal de Alfenas (MG) – Unifal-N	
Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves Universidade Federal de Alfenas (MG) – Unifal-N	Assinatura: //G
Prof. Me. Carlos Vinícius Castro de Almeida Secretaria de Estado de Educação do Distrito Fe	

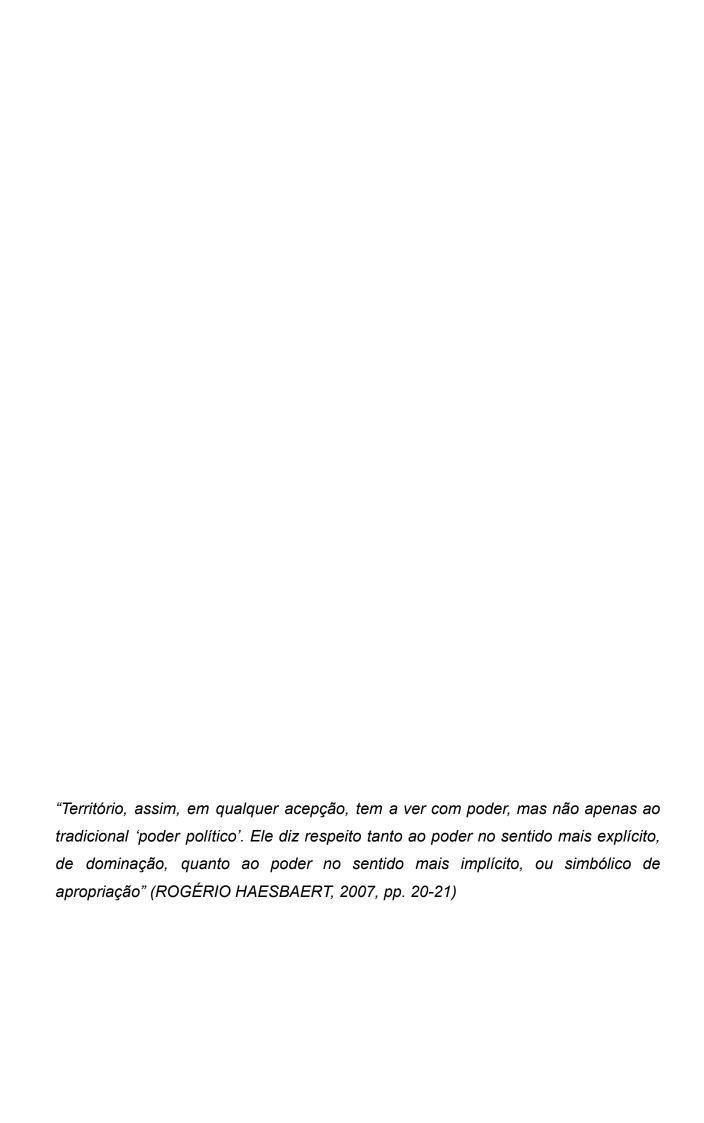
Dedico este trabalho acima de tudo para aquela pessoa que teve a maior alegria ao ver um filho no ensino superior, minha mãe, a qual deu a vida pelo melhor dos seus
filhos e sempre sonhou com a realização dos meus sonhos. A ela, tenho minha gratidão eterna, marcada aqui com seu nome, Juliana Marques de Oliveira
(1981-2020).

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família que sempre me apoiou em caminhada durante a graduação, especialmente ao meu pai que sempre teve disponibilidade para auxiliar no que fosse, a minha mãe que serviu de inspiração e força para o mantimento e estabilidade no curso. Agradeço ao professor Gil, pela orientação e paciência para com uma pessoa ansiosa e imediatista e aos outros professores do curso que contribuíram para uma formação de excelência e de qualidade que resultou na construção do presente trabalho.

Não menos importante, devo a meus amigos, Milena, Rayssa e Amanda, companheiras desde a gênese da minha jornada na universidade, se tornando pessoas de extrema importância para mim. Também agradeço às minhas amigas, Victória e Júlia, pessoas que foram meus pilares fora da universidade. E, por entre as pessoas, vale citar o João, a pessoa que se tornou, dos mais improváveis, um amigo.

Por fim, à Unifal – MG, pelas oportunidades oferecidas durante o percurso a partir dos projetos assistenciais que enriquecem a formação de um licenciando.



#### **RESUMO**

Um marco que se apresenta como um vetor de suma importância na história brasileira, a imigração internacional em massa para o Brasil, incluindo a migração de japoneses, foi obtido com um significativo respaldo na literatura, por parte de um estudo das motivações da migração japonesa para o Brasil, das particularidades nas diferentes regiões nas quais se instalaram. Tendo em vista essa observação, surge a necessidade de desvendar alguns pontos sobre a presença japonesa no município de Turvolândia, em Minas Gerais, com o objetivo de contribuir para a literatura que se refere ao tema sobre a trajetória do núcleo ali formado, a partir de movimentos e de estratégias econômicas. Instalados na localidade, foram descobertos, em uma análise conjunta de observação presencial e dados já estudados. Esse núcleo que está presente atualmente no bairro Cotia, nesse pequeno município, é uma população resistente que se organizou em prol do mantimento do legado dos seus antepassados. Como metodologia se teve a revisão de literatura, busca de dados pertinentes, entrevista estruturada e visita em campo.

**Palavra-chave:** imigração, japoneses, mobilidade, economia, geografia da população.

#### **ABSTRACT**

A landmark that presents itself as a vector of paramount importance in Brazilian history, mass international immigration to Brazil, including the migration of Japanese, was obtained with significant support in the literature, on the part of a study of the motivations of Japanese migration to Brazil. Brazil, of the particularities in the different regions in which they settled. In view of this observation, there is a need to reveal some points about the Japanese presence in the municipality of Turvolândia, in Minas Gerais, with the objective of contributing to the literature that refers to the theme about the trajectory of the nucleus formed there, from movements and economic strategies. Installed in the locality, they were discovered, in a joint analysis of in-person observation and data already studied. This core that is currently present in the Cotia neighborhood, in this small municipality, is a resistant population that organized itself in favor of maintaining the legacy of its ancestors. As a methodology, it was based on a literature review, official data search, structured interviews and field visit.

**Keywords:** immigration, japanese, Mobility, economy, Geography of population.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 – Regiões de Planejamento de Minas Gerais	44
Figura 02 – Mapa de localização do município de Turvolândia-MG	
	.45

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Figura	03 –	Fachada	do	principal	da	CASM	(Cooperat	iva	Agrícola	do	Sul	de
Minas)												55
Figura	04 – A	gricultura o	dese	nvolvida p	or j	aponese	es e desce	nder	ntes, 202	3		56
Figura	05 – R	esidência	de m	norador ja	poné	ês						58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Fatores de perpetuação da migração	25
Quadro 02 – Relação entre cultura, área e produção de frutas pela CASM em	
2020	.52

## **LISTA DE TABELAS**

Figura 01 – Quantidade de famílias e indivíduos migrantes e seus respectivos	
destinos de alocação	34
Figura 02 – Variável residente nascidas fora de Minas Gerais (Pessoas)	47
Figura 03 – Variável - Naturalizados brasileiros (Pessoas) Ano - 2010	49

#### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

BRATAC - Brasil Takushoku Kumiai

CAC - CC – Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central

CASM – Cooperativa Agrícola do Sul de Minas

CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

CTNP - Companhia de Terras do Norte do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Fecomércio - Federação do Comércio de Bens

K.K.K.K – Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha

PADSUL – Programa de Assentamento Dirigido do Sul de Minas

PROCEDER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados.

RGINT – Região Geográfica Intermediária

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Unifal-MG – Universidade Federal de Alfenas

## SUMÁRIO

Lista de figuras	10
Lista de fotografias	11
Lista de quadros	12
Lista de tabelas	13
Lista de abreviaturas e siglas	14
1 INTRODUÇÃO	16
2 MIGRAÇÃO: CONCEITO E CONDICIONANTES	20
3 PONTOS DE INSTALAÇÃO NIPÔNICA PELO CONTINENTE AMERICA	NO E A
CHEGADA NO BRASIL	28
3.1 Brasil aos olhares japoneses, trajetórias e firmamentos iniciais	31
3.2 Disseminação e inserção nipônica no território brasileiro	35
4 A PRESENÇA NIPÔNICA EM MINAS GERAIS, REGIONALIZAÇÃO E	
IMIGRANTES EM MINAS GERAIS	41
4.1 Os japoneses em Minas Gerais	41
4.2 Aspectos Gerais do Sul de Minas e Município	43
5 ADAPTAÇÃO E TRADIÇÃO: A DIMENSÃO ECONÔMICA A PARTIR DA	A
COOPERATIVIDADE	51
5.1 A instalação nipônica: trajetórias e aspectos resistentes	51
5.2 Cooperatividade regional, território usado e saberes locais	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	69

## 1 INTRODUÇÃO

Ao se trabalhar dois países que estão envoltos em uma intensa migração que marcou as duas nações desde o final do século XIX, século XX e resquícios ainda no atual século, é pertinente abordar de forma mais dinâmica características populacionais e econômicas que as duas nações desenvolveram através dos séculos, apontando o Brasil sendo fruto de uma onda expansionista portuguesa.

Segundo Fausto (1994), a consolidação do reino português, a busca por novas aventuras e motivos econômicos os quais levaram à procura pelo caminho das Índias, levaram a sua chegada ao Brasil em 1500, dando início à exploração da terra invadida e às variadas manchas que se sobrepõem nas páginas da história brasileira.

O Japão, visto como um país milenar, tem seus estabelecimentos e fundamentos como nação bem mais antiga do que o Brasil, na construção de uma sociedade. Macedo (1977) faz o resgate que remonta a coletas históricas, por meio de mitos, que são datados de milhares de anos antes de Cristo. Períodos mais recentes, já com coletas arqueológicas, mostram como a sociedade e a população que vivem naquela localidade do mundo já deixavam traços de uma organização e coletividade, como o conhecido como "Período Jomon" que se arrastou até 300 a.C e foi se fragmentando em períodos. Esses períodos chegam à Era Edo e à Dinastia Tokugawa, que se iniciaram no século XVII, período em recorte temporal que mais à frente será abordado sobre a trajetória japonesa.

Desde a chegada portuguesa ao Brasil, têm-se consciência de que, nas terras até então desconhecidas, não se encontrava um vazio dito demográfico. O novo local encontrado pelo novo mundo chega a uma população nativa que já possuía sua cultura, divisão hierárquica e, assim, vivia sem contato com o homem branco.

Fausto (1994), ao abordar a chegada estrangeira no que hoje chamamos de território brasileiro, afirma que foram encontrados os chamados "índios", que por sua vez já se mantinham nas terras supostamente recém-descobertas. O historiador elucida que, em toda a região costeira, era possível encontrar uma população homogênea a qual se dividia em dois grandes grupos, ou blocos, que eram os tupi-guaranis e os tapuias, mas, mesmo assim, com interrupções e a presença de outros povos nativos.

A dificuldade de abordar os povos que viviam nessas terras, dadas as diferenças culturais em relação à do homem branco, deveu-se à grande diferença

cultural em relação à nossa própria cultura, além dos preconceitos que existiram e ainda existem. Esses preconceitos são refletidos nos relatos escritos por cronistas, viajantes e padres, especialmente os jesuítas. Os relatos geralmente fazem uma distinção entre índios com características positivas e índios com características negativas, dependendo do grau de resistência que apresentavam em relação aos portugueses (FAUSTO, 1994).

Prado Júnior (1963), se abstendo de dados sobre a população nativa, já parte de um ponto em que declara que Portugal, como precursor do incentivo do trabalho forçado, não hesitou em trazer para o Brasil, de modo repressivo, pessoas africanas as quais foram trazidas ao Brasil para uma vida servil de exploração do território.

Seguindo esses movimentos, o autor deixa evidente que os trópicos, isso incluindo as terras aqui presentes, surgiram, diferentemente das colônias da zona temperada que foi foco de escoamento de excessos demográficos europeus, um formato inteiramente original. O formato se apoiaria em um caráter totalmente mercantil, com pessoas trabalhando na produção de riquezas de uma metrópole dominante. A extração das riquezas minerais da terra foi além da exploração do solo na prática da agricultura, inicialmente o açúcar, o tabaco e coisas do gênero.

Em outro momento, Prado Júnior (1981) vai dizer que as terras brasileiras, as quais se tornaram latifúndios, serviram à produção de uma fadada monocultura açucareira, geradora de riquezas para a metrópole. Em uma corrida, o autor indicará pontos que, através dos séculos, foram se firmando na economia e na sociedade aqui presente como base de uma monarquia imperial que se percorreu até o fim do século XIX. Nesse cenário, pode-se destacar que a participação da produção de produtos de base na ocupação do centro-sul. Com a intensificação da pecuária nessa mesma expansão, a economia brasileira se fechou para focar em setores de base da economia.

Prado Júnior (1981) faz um resgate de uma linha histórica que vai desde o declínio do ouro até a aplicação nas novas formas de exploração da agricultura que iriam para além do açúcar, do algodão e do tabaco. Está aí a chegada do café, de modo dificultoso, no fim do século XVIII, servindo para fins domésticos, e uma ínfima exportação para metrópole, porém rapidamente as lavouras e o produto cafeeiro foram ganhando forma e dimensão, sendo enfoque de exportação e de um alargamento do seu cultivo. Com isso, acaba se criando a necessidade de mão de obra, mão de obra que iria para além da escrava, dados os rumos para o fim da escravidão no século XIX.

Pode-se dizer que a população brasileira pouco se diversificou, até meados do século XIX, período em que a escravidão começa e entrar em declínio. Com a falta dos escravos, a atração de europeus de outras nações para trabalhar nas lavouras de do país foi necessária, alimentando a onda do "branqueamento" que era forte, que também contribuía pela presença asiática. O Brasil percorreu uma grande transformação em sua economia e em sua população nos dois últimos séculos, indicada também pela evolução da agricultura, pelos modos de produção com as primeiras indústrias, com a evolução na abertura brasileira a novos estrangeiros.

O Japão, sendo um país com um governo descentralizado até o século XVI, passou por aproximadamente três séculos sob o xogunato Tokugawa, período em que a sociedade japonesa era dividida em castas. Mesmo sendo um país fechado em termos político-culturais, o país sofreu várias restrições pelo seu sistema de regimento nacional interno, levando-o à subalternidade global.

Nesse período, a sociedade japonesa era dividida em quatro classes, sendo os samurais a classe mais alta e os camponeses, artesãos e comerciantes as classes subsequentes. Essas classes funcionam quase como castas, sem a possibilidade de transição entre elas. Os samurais exercitavam vigilância sobre as outras classes que impulsionaram a economia em crescimento do país. O Japão enfrentou limites e restrições impostas pelas castas e pelas políticas do governo centralizado.

Essas restrições, geradas pelo contexto político e social da época, levam, no século XIX, ao início da Era Meiji, que, por sua vez, mudou todo o sistema organizacional do país na época. Isso ocorreu com políticas econômicas relacionadas às novas formas de trabalho, além de melhorias no sistema de saúde, que resultaram numa forte pressão demográfica e em riscos de não abastecimento interno, os quais aguçaram a guinada que levou à emigração japonesa pelo mundo.

Embora o país fosse considerado fechado, mantinha relações com alguns poucos países, como China, Países Baixos e Coreia. (OGOSHI, 2021, *apud* JANSEN, 2002) No entanto, o isolamento político e a política de contenção adotada pelo Japão resultaram em estagnação e em subalternidade no contexto global.

Apesar do crescimento populacional e do enriquecimento dos comerciantes, o país ficou limitado em seu desenvolvimento, conforme apontado por Ribeiro (2017). É importante ressaltar que o Japão não era estático nesse período, como menciona a autora, mas havia restrições impostas pelo contexto político e social da época já estava com muitas contradições e insatisfações.

O objetivo principal deste trabalho foi o de compreender uma conjuntura histórica e geográfica que levou à emigração japonesa para o Brasil, suas nuances pela adaptação através do território e o estudo do caso de Turvolândia em relação à instalação japonesa na localidade, assim como a situação brasileira frente à migração e à posição japonesa no incentivo e no auxílio no envio populacional. A partir desses propósitos, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos: 1) Investigar a situação e a influência nipônica na paisagem; 2) Situação atual e perspectivas futuras.

Em relação à metodologia, considera-se que, durante a realização da pesquisa, as atividades foram divididas em algumas etapas. Na primeira etapa, foi realizada uma investigação e uma revisão bibliográfica no que se refere a assuntos pertinentes ao tema com trabalhos que tratassem da elucidação das migrações e suas motivações, tais como uma abordagem teórica geográfica que pudesse reafirmar o que estava sendo pesquisado. Assim, foram coletadas informações sobre o envio japonês de sua população para o mundo, abordando pesquisadores como Makino (2010), Leão Neto (1990), Sakurai (1998) entre outros, que tratam e pesquisam sobre a imigração nipônica no caso que foca o Brasil como destino.

Nas etapas dois e três da pesquisa, foi realizado um estudo aprofundado da região que abrange a localidade em foco. Para isso, foram consultados o portal do Instituto João Pinheiro e o IBGE, a fim de coletar dados e identificar uma regionalização aplicada ao assunto tratado. Também foram analisados trabalhos que abordavam aspectos populacionais do município, incluindo informações sobre residentes naturais e não naturais da região. Essa análise foi baseada nos dados coletados durante o projeto de iniciação científica da UNIFAL-MG, intitulado "Identidade Sul Mineira!".

Por fim, em uma quarta etapa, foi realizada uma visita ao município de Turvolândia e à cooperativa em que estão instalados os japoneses, com o objetivo de se realizarem 5 entrevistas, mas, com a realização de duas bem enriquecidas e, assim, abordá-las com dados coletados dos portais da internet e informados pelos entrevistados. A entrevista teve um formato estruturado.

## 2. MIGRAÇÃO: CONCEITO E CONDICIONANTES

Para dar andamento ao que é proposto no presente trabalho, se fazem necessários alguns apontamentos e observações sobre as migrações e as migrações internacionais, tais como os seus respectivos motivos, dada a diversidade mundial encontrada.

Em linhas gerais, os motivos das migrações acontecem por variados motivos. Porto (2014) aponta que, a partir do surgimento da Geografia Crítica com sua base marxista, passou-se a apresentar um pensamento geográfico de teor não-neopositivista em que a mobilidade espacial da população passou a ser vista como um fator resultante da necessidade de produção do capital. Com isso, a partir do enfoque histórico-estrutural (BECKER, 2006), a mobilidade da população, em termos migratórios, se dá a partir de interesses mercantis e capitalizados, a partir dos quais pessoas têm em suas realidades pontos que as levam a verem a necessidade de se deslocar para lugares centrais.

A sobrevivência dentro de um mundo capitalizado seria um dos sacrifícios a serem realizados perante o cenário encontrado pelo migrante. Damiani (2019) também trata dos condicionantes das migrações. Segundo a professora, estes não se limitam pelo movimento espontâneo das populações que transitam pela própria vontade, apesar das nuances que levam as pessoas a migrarem. Existe também em épocas não tão remotas, nas quais nos encontramos, a migração autoritária, como refugiados, mais palpável na mídia atual, mas também no comércio de escravos em épocas de venda e de compra de pessoas no auge da escravidão de pessoas africanas e de nativos de variadas partes do mundo.

Damiani (*idem*) ainda coloca que a migração está envolta em motivos que se estruturam no meio econômico e político, também podendo ser causas mais estruturais no sentido sistemático do capital, contornando colisões sociais da irradiação geográfica da população de um dado sistema econômico e estrutura social (DAMIANI, *ibidem*).

Esses motivos que são apontados como genéricos, como a pressão demográfica, levantam a hipótese de que o aumento de produção e de dinheiro que certa região produz não acompanha o da população, tendendo a crescer em velocidade muito maior do que a economia local, levando, assim, ao êxodo dos

habitantes de uma dada região para a outra. Essa região, por sua vez, tem seu desenvolvimento muito mais acelerado do que o da sua população, demandando a chegada de pessoas que supram suas necessidades do momento.

Em se tratando das migrações, se faz necessário entender que, a partir desse conceito, é caracterizada a mobilidade espacial das populações que, segundo Becker (1997), é um mecanismo de deslocamento populacional, não fugindo de um aspecto predominante nas definições e nas causas das migrações, o que de fato ocorre apesar dos pontos de vista e das nuances que se apresentam nas realidades. Isso leva a essa mobilidade com características de interesses econômicos, com uma visão mais uma vez pendendo para o neoclassicismo, em que os movimentos migratórios são mostrados, nesse ponto de vista, como um fator de ajustamento e de um sonhado progresso social.

Dentro das teorias migratórias, a mobilidade populacional é influenciada por diversos motivos relacionados a conflitos internos, como mudanças demográficas, desigualdades socioeconômicas, instabilidade política, guerras e crises humanitárias. As pessoas se deslocam em busca de melhores oportunidades, de segurança, de estabilidade e de uma vida melhor em geral. Esses fatores impulsionam a mobilidade populacional, dialogando com as afirmações de Botelho e Silva (2011), segundo os quais, o sentido do capital e a dependência dele acabam se transformando no seio da sociedade. Cria-se a necessidade de trabalhadores e de trabalhadoras se movimentarem no espaço geográfico, seja um movimento em termos nacionais e regionais ou internacionais, ou em escala global.

Sendo assim, a presença de trabalhadores em circulação se torna real, assim suprindo uma demanda sistêmica suprindo o mercado e sua própria sobrevivência nesse meio. Outrossim, as localidades centrais que atraem a demanda populacional apresentam uma espécie de efeito dominó que leva ao "aumento do número populacional em algumas localidades e esvaziamento de outras, levando à desestruturação de estruturas produtivas ou pirâmides etárias." (BRUMES; SILVA, 2011. p. 126)

Botelho; Braga e Andrade (2007) identificam em seus escritos que, desde meados do século XIX, na Europa foi onde ocorreu um êxodo em escala de seu contingente populacional por motivos já bem frisados aqui, sendo econômicos e demográficos. A população europeia, nesse período, estava passando por questões bastante delicadas que dificultavam sua permanência em seus respectivos países, já que:

As mudanças na distribuição da posse da terra, o processo de modernização da agricultura e as modificações mais profundas nas relações de trabalho foram geradores de condições bastante adversas à permanência em seus locais de origem de parcelas significativas de sua população. Ao lado disso, a transição demográfica, em curso desde o século XVIII, foi fator decisivo na constituição de um grande excedente populacional. (BOTELHO; BRAGA; ANDRADE, 2007, p. 156)

Outro motivo da saída populacional do velho continente se deu em decorrência das novas relações de trabalho e de um estrondoso superlotamento populacional em seu interior e da rapidez e da fluidez com que as transformações econômicas estavam acontecendo nesse período agravaram ainda mais a situação, uma vez que

À medida que a própria Europa não conseguia absorver esses novos contingentes em suas fronteiras internas, seja em novas áreas agrícolas, seja no meio urbano, a emigração transformava-se em alternativa para escapar às crescentes limitações do mercado de trabalho europeu. Calcula-se que toda a Europa ocidental (excluindo-se Rússia, Hungria, os Bálcãs e a Grécia) tenha sofrido uma perda líquida de 35 milhões de habitantes entre 1841 e 1915. Isso representou uma média de quase meio milhão ao ano, ou cerca de 2,5 de cada mil habitantes. (BOTELHO; BRAGA; ANDRADE, 2007, p. 156)

As migrações já citadas por motivos econômicos, sociais e culturais, mediante a grande evolução do mercado e a necessidade de locomover por motivos de sobrevivência, encontram-se em seu aspecto de escala internacional, que acaba se desenvolvendo como a situação citada a partir da formação de variados Estados-Nações, (BOMTEMPO, 2019, *apud* GOETTERT, 2010).

Assim, a migração é explicada pelos movimentos do mercado internacional influenciando os mercados nacionais que, assim, geram uma mobilidade compulsória espontânea e forçada da população. Essa influência é apontada de forma bem veemente por Santos (2006), no quesito mais atual, a partir da evolução das novas técnicas e da evolução da divisão internacional do trabalho em que as relações exteriores refletem direta e indiretamente nos acontecimentos internos nacionais e regionais.

Para isso, deve-se levar em conta que a relação do global e do local, que foi colocada por Santos (2006), é apontada de maneira bem incisiva nos aspectos e consequências gerados por meio da globalização em suas diferentes fases e moldes nas quais foi e é enquadrada. Os países que estão no centro do fluxo ou até mesmo

nas periferias refletem as diferenças sociais, políticas e econômicas entre países que claramente tiveram os seus rumos da história moldados por aqueles que detiveram maior poder, resultante da globalização que é o principal vetor que ativa os movimentos migratórios em um momento atual, podendo excluir os conflitos bélicos e eventuais tragédias ambientais (MARTINE, 2005).

Ao analisar alguns dos fatores condicionantes da migração, a partir de uma realidade e totalidade em que observa essa mobilidade humana, acaba sendo operacionalizada a partir do conceito de território usado, proposto por Milton Santos, que podem ser elaboradas e analisadas a partir de conceitos formulados e ressignificados pelo mesmo autor. Com isso, pode-se entender o fenômeno migratório a partir de uma totalidade empírica que se constitui em processos de uma formação socioespacial e espaço geográfico, além das nuances que envolvem o território usado e suas materialidades encontradas (PORTO, 2021).

Pode-se, assim, fazer ideia de expansionismo e uma suposta sobrevivência de suas sociedades em busca de um certo tipo de espaço vital. Essa ideia foi estudada por Friedrich Ratzel, para quem, de modo mais incisivo, e em uma realidade alemã de reorganização e de unificação do país, define-se a natureza e a sociedade em uma relação de dependência em um quesito mais antropocêntrico, em que o território teria que conter todos os meios para a sobrevivência de uma sociedade. Caso não cumprisse essa necessidade, era necessário expandir, assim conquistar maiores quantidades de território e expelindo quem vivesse no local destino da expansão; Decorrente disso, houve a valorização referente à formação dos territórios e à difusão do homem no globo (MORAES, 1981). Por mais que seja em momentos e articulações históricas opostas como a atual, é possível localizar o efeito da globalização presente nesses momentos, a ascensão do poder e a influência e a busca por um possível reconhecimento hegemônico, tanto de quem é expulso, quanto de quem ocupa, acabando nas misturas dos povos e nos conflitos geopolíticos internacionais.

Sendo assim, vale se atentar ao conceito de território e suas nuances apontadas a partir da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização, já que a expansão do território foi um dos motivos mais problemáticos. Haesbaert (2007), após debater sobre territorialidades, aspectos que envolvem um debate sobre o tema, diz que o território é

têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" - "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) -como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante (HAESBAERT, 2007, p. 23).

O assunto tratado anteriormente se torna, em cunho analítico, um pivô importante de acontecimentos das migrações, sejam elas internacionais, nacionais ou regionais. Isso, pelos motivos já citados, leva o indivíduo à mobilidade em busca de seus anseios particulares, de cunho pessoal ou compartilhado em questões comunitárias. A questão regional e territorial, nesse nicho de análise, se tornou algo mais contínuo e repentino em suas dissoluções e reformulações.

Nas transformações das geografias sociais, as territorialidades são levadas de um lugar de onde foram retiradas e se instalam em localidades nas quais se estabelecem. Assim, se territorializam e reterritorializam a partir das realidades encontradas pré-existentes aonde chegam. Haesbaert (2004), após traçar pontos e trajetos em momento de formação dos Estados no processo de desterritorialização e outros que possuem agenciamentos e natureza diferentes desse fenômeno, diz que:

Conforme já destacamos, Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização relativa diz respeito ao próprio *socius*. Isto significa dizer que a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas (HAESBAERT, 2004, p. 138).

Tendo a mobilidade contato com uma cadeia de redes sociais envolvidas no processo de migração que se rendem a forças que lutam em prol de um equilíbrio aplicado em suas realidades são, assim, impulsionadas por várias forças de teor acumulativo. Essas forças, por vezes, levam a um estopim, podendo ser divididas em variados pontos que, dados como fatores que perpetuam a migração, como bem mostra o quadro a seguir, adaptado de Santos *et al.* (*apud* Massey et al, 1993).

Quadro I: Fatores de perpetuação da migração.

Distribuição de renda

Distribuição de terras		
Organização da produção agrícola		
Cultura migratória		
Distribuição regional do capital humano		
Rotulação social de alguns tipos de trabalho		

Fonte: Adaptado de Santos et al (2010, apud Massey et al., 1993).

Brumes e Silva (2011) destacam o que foi apontado antes, neste trabalho, a distribuição de terras, os aparatos que envolvem o capital humano, tal como as novas formas de trabalho e de distribuição das terras e renda, além da cultura migratória, característica comum de muitos povos nômades são o que, de forma cumulativa, forçam imigrantes a se mobilizarem em busca de sobrevivência nesse novo mundo capitalizado. Tal como Becker (1997) que, em sua discussão sobre as possibilidades da migração, escreve sobre perspectivas que estão em diferentes enfoques e posições, divididas em neoclássicos e neomarxistas, voltados, de um lado, para o indivíduo com a divisão setorial dos fenômenos, sendo apolítica e propulsada por movimentos da industrialização e do mercado e, de outro, para a migração, é resultado também de um processo global de mudança e de valorização do capital, tendo seu enfoque mais dialético e considerando sua análise a partir dos grupos sociais (p. 344).

Tendo o ato de sair de suas regiões de origem, onde possui uma familiaridade, afeição cultural estabelecida, o indivíduo que emigra carrega consigo parte de sua cultura, características regionais e locais de onde viveu como parte da desterritorialização ao qual está se submetendo ou foi submetido, levando em conta os motivos que levaram a isso. Assim, se estabelecendo em seu novo destino, surge a necessidade de re-territorializar, se adaptando e adquirindo e aprendendo sobre o novo lugar no qual se estabelece, também perpetuando um pouco de sua marca cultural nessa nova localidade.

Santos (2006) elabora um ponto ao qual se relaciona a ideia aqui abordada, dizendo que a lembrança no local em que o migrante se estabelece se torna inútil, uma vez que está ligada a outro meio, e que pouco iria ajudar na adaptação e na permanência no local em que o migrante se estabelece. Sua nova morada e residência traz experiências ao recém-chegado que se sobrepõem às antigas,

causando um conflito entre o "tempo da memória" e o "tempo da ação", sendo assim, esse novo meio aparece como um detonador:

Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida (SANTOS, 2006, p. 223)

Tema da migração também discutido de forma bem didática, por Saquet e Mondardo (2008), os quais observam que o migrante, por meio das redes migratórias, estabelece e mantém uma conexão com sua localidade de origem, o que fortalece e preserva elementos vinculados à sua identidade cultural e socioeconômica. Essa conexão pode manifestar-se tanto de forma financeira quanto emocional. Ao estar imerso em uma intrincada teia de sentimentos e de relações, o migrante fica enredado em um contexto reticular, o que lhe permite manter vínculos inspirados com seu local de origem, transcendentalmente tanto na esfera subjetiva, quanto na material.

Como foi apontado em relação à adaptação, à transferência e à transmissão de costumes tal como sua relação com suas origens por intermédio da rede estabelecida entre local destino e local de origem, a permanência dos migrantes por vezes é vista como um incômodo com os nativos e com os que já se estabeleceram anteriormente nas localidades, seja pelo receio de ocupação de oportunidades que supostamente poderiam ser da população local, ou até mesmo pelo incômodo de estar convivendo com culturas e costumes diferentes daquelas a que estão acostumados.

Martine (2005) coloca bem esse assunto, apontando que os recém-chegados, em uma questão internacional, mas pode-se levar a um olhar mais local e nacional, acabam sendo vistos como "indesejados", já que a intolerância religiosa e a xenofobia são algo que infelizmente está enraizado na maioria das comunidades tradicionais e fundamentadas em suas regiões, além de, como já citado, são vistos como competidores na dinâmica local de economia e emprego. Apesar de parte da migração ser de mão de obra qualificada para suprir o déficit existente em locais mais vulneráveis ou sem pólos de formação, os que chegam ocupam essas posições.

Há também, ainda em Martine (*idem*), os que migram em busca de refúgio e de sobrevivência em novos ares de oportunidades que são sujeitos a ocuparem

cargos e posições pelos quais os nativos já não se interessam e rejeitam, apesar das necessidades e das dificuldades por eles encontradas, em trabalhos como as bases de infraestrutura, a limpeza, entre outros, que envolvem esse meio ficam nas mãos dos migrantes que não detêm uma qualificação aquém de uma disputa por posições mais desejadas, sejam locais ou externos.

Ao que foi discutido por entendimento diante das visões sobre fatores condicionantes da migração, vale resumir que condições políticas, econômicas e culturais são vetores certeiros que levam à mobilidade humana. As movimentações, as quais o capitalismo estabeleceu sobre o meio, acaba expelindo pessoas de suas localidades em uma servidão perante o capital para uma busca de melhores condições de vida, dadas as realidades que levaram os motivos de sua mobilidade além de conflitos bélicos e políticos e também catástrofes ambientais que causam vítimas e uma realocação forçada. Assim, ocorrendo a mobilidade, a adaptação dos migrantes envolve um processo de ruptura de sua origem e uma reconstrução de sua estrutura no novo meio estabelecido.

## 3. PONTOS DE INSTALAÇÃO NIPÔNICA PELO CONTINENTE AMERICANO E A CHEGADA AO BRASIL

Antes de se tratar da chegada dos migrantes japoneses no início do século XX, tem-se a necessidade de conhecer os motivos que levaram à saída dos migrantes do seu país de origem, tendo em vista o contexto histórico, político, econômico e cultural japonês. Não se deve deixar de lado, ainda, um breve olhar para o que se passava em terras brasileiras nesse período.

As movimentações que resultaram no estopim de uma debandada populacional do país datam de meados até o final do século XIX e do começo do século XX, um período que, segundo Makino (2010), coincide com uma forte onda de migração internacional em massa em que países como Austrália, Brasil, Canadá e muitos outros, se tornaram receptores de um montante significativo de migrantes estrangeiros. Foi nesse meio tempo que se deu a migração japonesa para o Brasil.

Ainda segundo Makino (*idem*), nesse período, o Brasil passava por um momento em que começavam os primeiros passos para o que viria a ser em 1888 a abolição da escravatura no país. A lei do Ventre Livre (1871) levou a uma queda e também a uma deficiência de mão de obra a qual se destinava à crescente economia cafeeira, uma vez que os nascidos dos então escravizados estariam em teoria libertos do trabalho escravo. Leão Neto (1990) também aborda de forma bem mais detalhada a questão brasileira nesse período:

No Brasil, a extraordinária expansão da lavoura cafeeira, a abolição da escravatura e as subvenções concedidas pelo Governo haviam desencadeado o fenômeno da imigração em massa, de origem europeia, a partir de fins do século XIX. Ao traçar a história da imigração no Brasil, J. Fernando Carneiro considera os anos de 1886/1887 como marcos divisores entre o período de coexistência da mão-de-obra estrangeira com o trabalho escravo e a fase em que o imigrante passou a entrar como elemento substitutivo, e não mais supletivo, da mão-de-obra servil. (p.13)

Em termos quantitativos sobre o contingente populacional que chegou ao território brasileiro no período de fim da escravidão, Leão Neto (1990) também

aponta em números a quantidade de pessoas no fim da década de 1880. Vale destacar que a origem de quem chegava era, em sua maioria, europeia, mais precisamente italiana, como é destacado a seguir.

As estatísticas apontam efetivamente um súbito crescimento no número de entradas entre 1886 (33.486 imigrantes), 1887 (55.963) e 1888 (133.253), havendo nesse fenômeno, segundo Fernando Carneiro, três fatos novos: a repentina ascensão das correntes imigratórias em si, a composição dessas correntes, em que o elemento italiano tornou-se predominante, e a grande percentagem que São Paulo passou a receber (de 9.500 imigrantes, em 1886, a quase 92.000 em 1888).' A cafeicultura estava no centro desses fenômenos. (LEÃO NETO, 1990, p. 13)

Esse movimento de importação de mão de obra estrangeira ocorreu com o objetivo de suprir a atual necessidade no momento abordado. Kodama e Sakurai (2008) destacam essa adição da mão de obra migrante, vinda principalmente da Europa, que acabou se mostrando descontínua e, por vezes, de certa forma, se encontrava ineficiente, tendo em vista a demanda necessária.

O Japão, nesse recorte temporal, estava passando por uma reformulação interna, em suas políticas econômicas e até mesmo culturais, as quais levariam a mudanças em sua relação com o resto do mundo. O andamento migratório japonês teve sua primícia no fim de condições análogas ao feudalismo no país, além de uma forte pressão demográfica, "a abertura internacional do país e a associação das empresas capitalistas de imigração com o projeto de Estado do Japão". (MAKINO, 2010, p. 8).

Ainda internamente, a realidade japonesa se encontrava no auge da chamada Era Meiji ou Restauração Meiji, que teve a duração de 1868 a 1912, segundo o site Nippo Brasil. Neste momento, têm sua inserção as novas formas de organização segundo os parâmetros ocidentais, tais como os modos de produção, de organização social, de condições sanitárias e o desejo de, por fim, de poder construir uma condição de soberania plena. Nesse cenário, a movimentação interna causou uma forte reviravolta no território japonês.

A crescente abertura de um país, que até então se isolava do resto do mundo por conta de um período chamado Era Tokugawa, que proibia a chegada e a instalação de qualquer coisa que fosse estrangeira, impedia também a saída da população nativa para o resto do mundo. Essa forma de se manter teve seu decaimento no fim da década de 1850 com o Tratado de Tokugawa que permitiu a aproximação estadunidense em uma singela relação de troca de favores. (MAKINO,2010.).

Em termos gerais, o que é plausível destacar é que a Era Meiji foi responsável por uma intenção regulação e tributação das terras rurais as quais deveriam ser pagas em moeda e não mais com produtos *in natura*. Isso, por consequência da alta inadimplência, causou uma vasta perda de terras do pequeno campesinato e houve um início de concentração fundiária e de produção por arrendamento no país (LEÃO NETO, 1990). Com a geração de um intenso êxodo para as cidades, essa condição fundiária, segundo Woortmann (1995), aumentou também consideravelmente o desemprego e o subemprego masculinos, causando mais um problema que foi a elevação da taxa de suicídios entre a população.

Woortmann (1995) escreve que as nuances apresentadas no Japão, nesse momento, como já destacado aqui, com a forte pressão demográfica causada pelo aumento populacional resultante das melhorias na saúde e da queda da mortalidade de um modo geral, dadas as contradições das realidades em que se encontravam as novas formas de trabalho, estava sendo incompatível com as dimensões tanto territoriais quanto com suas tecnologias produtivas.

Assim, voltando a Leão Neto (1990), esse excedente começou a ultrapassar as fronteiras japonesas para além-mar, como foi a primeira debandada populacional que foi recebida no Havaí em 1884, nessa época, uma monarquia sob protetorado dos Estados Unidos. Inicialmente com uma permanência de três anos, esse foi o chamado Tratado de Navegação, um primeiro fulgor do que viria a seguir já que então o país nipônico:

[...] projetara-se, portanto, o Japão no cenário migratório internacional com duas correntes expressivas, uma em direção ao arquipélago havaiano e outra à Costa Oeste dos Estados Unidos. Em 1900 o Havaí foi incorporado ao território dos Estados Unidos, mudando consequentemente seu regime de imigração que passou a reger-se pela legislação norte-americana, mais estrita. Até aquele ano, calculava-se que número próximo a 80 mil japoneses tivesse ingressado no Havaí e 30 mil nos Estados Unidos. (LEÃO NETO, 1990, p. 19)

Nesse movimento de realocação dos japoneses, o Brasil aparecia como um polo interessante para a chegada e para a instalação nipônica, tal como outras partes da América Latina que agora estavam começando a aparecer como destinos atrativos para trabalho e para a conquista econômica desses migrantes em potencial, assim como certeiramente afirma Leão Neto (1990):

deslocaram entre 1900 e 1908, atraídos por melhores salários. Se é certo que o Japão manifestava crescente interesse em fomentar a emigração e o Brasil revelava permanente necessidade de braços, nem por isso foi simples a convergência dessas vontades. Ao Brasil parece ter cabido a iniciativa. Mas não foram poucos os obstáculos. (p.19)

De maneira ampla, a América Latina foi em geral um destino alternativo ao núcleo estabelecido nos Estados Unidos. Segundo Makino (2010), o primeiro país latino-americano com o que Japão estabeleceu algumas relações diplomáticas e cogitou um início de fluxo migratório, foi o Peru, em 1873. Foi para esse país enviada uma quantidade considerável de trabalhadores e migrantes em 1899, um momento, ainda segundo o autor, tortuoso entre os japoneses trabalhadores e peruanos empregadores, uma vez que a desconfiança de exploração e os baixos salários dificultavam as relações e os entendimentos, o que não deixava de ser parte da realidade ali encontrada.

Com isso, segundo Makino (*idem*), é visto o fluxo atrativo de mão-de-obra, outros países da região começaram a mostrar interesse em abrir suas portas e, assim, importar imigrantes japoneses para seus países, como foi o caso do México (1888), da Nicarágua (1892) e da Guatemala (1893).

Da parte japonesa, as motivações iam para além de suas crises demográfica e econômica internas que geraram uma saída generalizada; também podem-se destacar algumas motivações como uma estratégia política, como a construção e o fortalecimento de laços de amizade, principalmente com os Estados Unidos. Porém não há comprovações de que essa estratégia tenha dado certo.

Com isso, as motivações que levavam em conta acordos de comércio, de navegação e de amizade, podendo envolver imigração ou não com os países da América Latina, com exceção do Peru, seriam meramente simbólicas seladas com base em uma concepção de reciprocidade, diferentemente dos que vinham envolvendo as potências europeias que definiam um patamar e os colocavam em uma posição de subjugação e de inferioridade (MAKINO, 2010, *apud* TIGNER, 1956).

#### 3.1 O Brasil aos olhares japoneses, trajetórias e firmamentos iniciais

Dentre os apontamentos os quais destacaram motivações, acertos e dificuldades da migração japonesa para o mundo, Almeida (2007) elucida que, devido a distinções culturais e a uma dura preocupação política e econômica de uma nação com um potencial crescimento aumentando uma concorrência perante o

trabalho, dificuldades começam a surgir na América do Norte e em outras nações europeias. As rápidas inserções na América Latina de modo geral ocorreram. Porém, o Brasil, segundo Almeida (*idem*), quando empresas particulares nipônicas começam a sentir dificuldades em enviar seus imigrantes para outros países, acaba entrando no radar japonês de alocação, país que viria a ser o maior receptor desse povo no mundo.

Os primeiros acordos e firmamentos que se deram para a iniciação da vinda japonesa ao território brasileiro se deu, como aponta Saito (2011), na ocorrência da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 1895, o qual oficializou e facilitou a imigração das duas nações que oficialmente ainda não se conheciam. Nesse contexto, Kodama e Sakurai (2008) deixam claro também que, com esse acordo, fica implícito que o objetivo maior desse tratado foi o reforço de braços para servirem e para trabalharem na agricultura brasileira.

Como já citado no presente trabalho, com a crise relacionada à mão de obra nas fazendas paulistas e com os interesses japoneses, acabaram sendo firmadas as relações entre os dois países, em 1907, como firmemente aponta Kawase (2018). A Companhia Imperial de Navegação, uma empresa dirigida por Ryo Mizuno, responsável pelo recrutamento de trabalhadores para as fazendas de café em São Paulo, fechou um contrato com o governo paulista para dar início ao processo de imigração japonesa para o Brasil. Fazia parte do acordo de migração, uma intensa propaganda do café brasileiro no Japão, sendo assim, a embarcação que trouxesse imigrantes voltaria para o seu local de origem munida de sacas de café para a divulgação no Oriente (KAWASE, 2018, apud NOGUEIRA, 1984, p.84).

Trazendo mais informações sobre esse contrato, Kawase (*idem,*) de maneira bem clara, informa que, inicialmente, seriam recebidos em território brasileiro três mil pessoas ou, nas palavras dele, agricultores, em levas que não ultrapassassem mil pessoas. Esses imigrantes deveriam vir em famílias que ao menos tivessem três pessoas, com idades entre 12 e 45 anos, que consequentemente estivessem aptas ao trabalho. Não havia uma restrição tão rigorosa para a vinda de pessoas fora desses requisitos, desde que não ultrapassassem 5% do total de imigrantes recebidos, poderiam vir juntos, carpinteiros, ferreiros, entre outras profissões atrativas para os empregadores.

Dados esses fatos, Cunha (2020), em sua monografia para a obtenção de título em bacharelado em História, destaca que, logo em seguida, antes dos registros de 1908, já desembarcavam, em Macaé, no Rio de Janeiro, alguns poucos

jovens nipônicos vindos da província de Kagoshima que se voluntariaram para prestarem serviços às fazendas em terras fluminenses, como bem destaca a citação a seguir, apoiada em Shikada, et al, (2007, pp. 63-66):

Os jovens Yassuda, Kudama e Nagase chegam ao Rio de Janeiro em 20 de agosto e no dia seguinte partem para São Paulo, onde arranjaram emprego no Hotel Rotisserie. Kumabe, ainda no Japão, recebe a notícia do falecimento de Fukashi Sugimura, sendo este último uma figura em quem Saburo podia confiar em terras brasileiras; ele parte para Tóquio com seus familiares e mesmo após tentativas de dissuadi-lo permanece firme em sua decisão. Os Kumabe e mais três jovens que se juntaram a eles partem em julho de 1907 a bordo do Anami Maru e chegam ao Porto de Santos em 21 de outubro do mesmo ano, o sr. Kumabe trabalhou enrolando fumo para sustentar a família até que lhe foi proposto, por Ryu Mizuno, que ele fosse responsável pelos preparativos da colônia na Fazenda Santo Antônio, que receberia 500 famílias. (CUNHA, 2020, p. 60)

Paralelamente, Kodama e Sakurai (2008), registram todo esse movimento destacando brevemente o planejamento do governo do Rio de Janeiro de tornar a Baixada Fluminense em uma grande produtora de arroz. Com isso, foram alocados, na Fazenda Santo Antônio, os primeiros japoneses. Mas, ao que parece, a história dessas famílias, muitas vezes, fica esquecida como se fosse apagada, pontuando como a primeira tentativa frustrada de migração, que não se desenvolveu como planejado. Tal ponto daria lugar a várias outras histórias que, no ano seguinte, se iniciaram com a chegada oficial da primeira leva nipônica.

Em 18 de junho de 1908, atracou no porto de Santos o navio a vapor Kasato Maru, com a bandeira japonesa, mas que, segundo Gaudioso (2003), era de origem russa de nome Ali Yoru, usado primeiramente como um navio-hospital, parte da frota de força naval russa do mar Báltico, capturado pelas forças japonesas no ano 38 da Era Meiji, em 1905.

Essa embarcação estava munida de cerca de 781 imigrantes os quais, como afirma Saito (2011), vieram de várias províncias, sendo em maior número vindos das províncias de Okinawa, Kagoshima e Fukushima e outras como Tókio, Kumamoto, Ehime, Hiroshima, Kochi, Niigata, Yamaguchi. A autora ainda coloca que as famílias foram divididas entre algumas fazendas no Estado de São Paulo, como se observa na (Tabela 1). Totalizavam 164 famílias, que foram alocadas em algumas fazendas, além de 10 indivíduos que permaneceram na capital, isso depois da espera de nove longos dias na Hospedaria do Imigrante na capital do Estado para a tomada na decisão como mostra o quadro a seguir.

**Tabela 1:** Quantidade de famílias e indivíduos migrantes e seus respectivos destinos de alocação.

DESTINOS DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS
Fazenda Dumont (Dumont-SP)	51 famílias
Fazenda Guatapará (Ribeirão Preto/Araraquara-SP)	23 famílias
Fazenda São Martinho (Pradópolis-SP)	27 famílias
Fazenda Sobrado (São Manoel -SP)	15 famílias
Fazenda Floresta (Itu-SP)	24 famílias
Fazenda Canaã ( Ribeirão Preto-SP)	24 famílias
TOTAL:	164 famílias

Fonte: Adaptado de Saito (2011); Nippo Brasil, 2023.

Saito (2011) tem seu apontamento incisivo no que diz respeito à verdadeira realidade encontrada nas fazendas paulistas, muito diferente do que haviam negociado e imaginado como seria, com condições de moradia totalmente precarizadas e de higiene ainda pior. As situações de trabalho totalmente opostas às que lhes foram propostas, tais como os baixíssimos salários que estavam sendo pagos a esses imigrantes.

Em reação a esse choque de realidade, muitos desses recém-chegados começaram a abdicar desses trabalhos e, de variadas formas, partiram para outras localidades, por vontade própria ou até mesmo por terem sido expulsos, que poderiam trazer melhores condições, tanto de trabalho, de alimentação, de moradia entre outros. Para dar maior força ao que é dito, Bassanezi e Truzzi (2008) abordam, de forma bem direta, destacando que, já no mesmo ano, 30 japoneses saíram do Brasil pelo porto de Santos para a Argentina, o Uruguai e os Estados Unidos. Outros muitos, quase 300, voltaram à hospedaria, para uma outra alocação, seja em outras fazendas ou até mesmo em atividades não agrícolas.

Bassanezi e Truzzi (*idem*) ressaltam que esse primeiro ensaio de imigração foi frustrado, o que é reconhecido até mesmo pelas autoridades do Estado de São Paulo, primeiramente pelo grande número de não agricultores dentre os que chegaram, o que enfraqueceu a adaptação nas fazendas, a falta da possibilidade de quitar suas dívidas em um curto período, dados os baixos salários, e assim por diante, como as limitações de costumes, de idioma e de religião, sem tirar de linha

os primeiros motivos para o desagrado e para o insucesso. Apesar dos pesares, com as mudanças em alguns pontos do contrato de imigração entre Brasil e Japão afrouxando algumas cláusulas e facilitando a entrada relacionada ao núcleo familiar, o montante de migrantes recebidos pelo Brasil nos anos seguintes foi se avolumando.

#### 3.2 Disseminação e inserção nipônica no território brasileiro

Já com uma certa elucidação sobre alguns firmamentos iniciais, vale ressaltar que a instalação japonesa não se limitou a essas poucas fazendas e suas respectivas regiões no Estado de São Paulo. A falta de oportunidades em terras japonesas e o sonho de acumulação de riquezas no Brasil resultaram, com base nas afirmações de Tanaka (2003), em uma expressiva vinda de imigrantes em direção a terras brasileiras. Isso despertou na já presente na população residente por aqui uma rejeição à recepção de não brancos no país.

Mesmo com um rápido corte no subsídio que o governo paulista aplicava a esses imigrantes, o interesse pelo Brasil não cessava e empresas nipônicas mantinham esforços ferrenhos para o envio ainda maior de pessoas para a América Latina. Um fluxo contínuo de navios que até 1913 possibilitou a entrada de 7000 pessoas (SAKURAI, 1998), mantendo-se desse modo com algumas oscilações até 1924, uma vez que:

"as oscilações nas entradas ocorrem tanto porque emigrantes japoneses continuam indo para os Estados Unidos, como também imigrantes europeus retomam as entradas em São Paulo. Entre 1908 e 1925, entram no Brasil 32.267 imigrantes japoneses, ou cerca de 6.200 famílias." (SAKURAI, 1998, p.7)

Sakurai (*ibidem*) conclui seu pensamento de que, antes mesmo do fim desse primeiro período de migração, os subsídios aplicados pelo governo estadual são cortados além do desligamento de algumas fazendas em 1923. Mas, apesar das más remunerações e condições, algumas famílias conseguiram, com um trabalho árduo, acumular pequenas poupanças e se estabelecerem como pequenos agricultores autônomos.

Dada essa situação, o governo japonês assumiu as subvenções para os seus imigrantes, um exemplo agora de uma migração tutelada, que, com reforço de

Sakurai (1998), teve como objetivo acompanhar todo o processo de imigração desde os preparativos no país de origem até a instalação e a permanência nos países de destino. Internamente, no Japão, foram fundidas muitas das empresas de imigração, dando origem à *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (Companhia Ultramarina de Empreendimentos), mais conhecida como K.K.K.K. Também houve a criação da *Brasil Takushoku Kumiai* (Sociedade Colonizadora do Brasil), conhecida também como BRATAC. Essas empresas proporcionaram lotes de terras que possibilitavam uma boa instalação de seus imigrantes e a criação de colônias próprias, uma tacada de mestre que, desse modo, cuidou dos seus em terras estrangeiras como nenhum país fez. (KAWACE, 2018; MAKINO, 2010; SAKURAI, 1998.)

Com a intensa chegada de imigrantes no Brasil, a alocação não se limitou a São Paulo. Antes mesmo da tutela desses recém-chegados, possibilitou-se uma melhor dispersão dos milhares de japoneses por todo Brasil. Seus pólos se deram de forma bem dividida que, por sua vez, possibilitaram o desenvolvimento desses imigrantes onde se firmavam. Asari e Tsukamoto (2008) identificam e destacam dois grandes destinos a que os nipônicos se dirigiram, que são eles Paraná e o Rio de Janeiro.

Auxiliados pela BRATAC e pela Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), uma massa significativa de imigrantes japoneses se instalou no norte do estado paranaense. Ali foram criadas, com base nas autoras (2008), as colônias/fazendas de Três Barras (Assaí) e Pirianito (Uraí) adquiridas em 1932. As companhias adquiriram terras que ultrapassaram um milhão de hectares nessa região que resultou o município de Londrina, que abrigou a sede da CTNP.

A companhia do Paraná era de capital estrangeiro e grande parte dele de origem inglesa, tendo ali um representante japonês que cuidava de que fosse bem-feita a venda de terras aos *nikkeis* no norte do estado; esse responsável se chamava Hikoma Udihara, pioneiro na região onde estava uma aglomeração de pessoas de variadas nacionalidades além da que aqui está sendo tratada. De dez mil moradores na região, 533 eram de origem japonesa, o restante em maior número eram os de origem italiana, seguido de alemães, espanhóis, portugueses, poloneses, ucranianos e húngaros, entre outros em menor número. (ASARI; TSUKAMOTO, 2008; LEAL, 2010).

Asari e Tsukamoto (*idem*) dialogam a partir do desenvolvimento dos japoneses no Paraná de forma bem linear, trabalhando a territorialização estabelecida por eles, principalmente no norte do estado e em algumas partes do

centro-sul com reforço das associações nipo-brasileiras que ajudaram a estabelecer uma territorialidade bem firme. A participação e a presença dos *nikkeis* na agricultura do estado foi um dos pilares centrais nessa estabilização. A prática da policultura prevaleceu para além do café, com destaque para a produção algodoeira, de grãos e a hortifruticultura em geral.

De pequenos produtores, os japoneses e suas gerações seguintes se tornaram produtores rurais inteiramente capitalistas, organizados entre si e para além de seu núcleo cultural. Os gêneros de vida, agora fazendo referência a Moraes (1981) e sua abordagem a Paul Vidal de La Blache, foram bem estabelecidos. Os seus costumes e tradições se firmaram. Festas, competições de modo geral se voltaram para uma cultura prevalecente japonesa, mas se inteirando com traços brasileiros, assim formando através do século XX, a expressiva trajetória aqui retratada no estado do Paraná.

Dando continuidade, o Rio de Janeiro foi outro grande polo que surgiu nesse caminho de distribuição e de permanência japonesa no país. Antes mesmo da chegada do *Kasato Maru*, Paganelli (2008) revela em sua pesquisa que já havia no Rio de Janeiro cerca de 512 asiáticos. Essa prerrogativa, da primeira fase de imigração até a tutela na segunda fase, acaba por ter como principal contexto de fixação de japoneses no estado, uma reimigração ocorrida entre 1910 e 1930, com o remanejo de imigrantes com destino a outros estados, incluindo aqui, o caso do Rio de Janeiro. A autora reforça a ideia de que essa reimigração foi o pilar que sustentou a base da formação dos núcleos das colônias de imigrantes.

Paganelli (*idem*) coloca que a colonização no estado em termos gerais se concentrou nas regiões metropolitana do Rio de Janeiro/Baixada Fluminense, tais como nos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, e no vale médio do rio Macacu, no município chamado de Cachoeira de Macacu. A maioria das colônias foram instaladas em áreas públicas, com exceção da segunda região citada. Os núcleos formados, se contados de forma mais abrangente, totalizavam oito polos de estabelecimento de imigrantes pelo estado, sendo alguns se fragmentando em aparatos menores dadas as suas divisões e atividades exercidas. A maioria desses núcleos trataram de se dedicar a atividades agrícolas em geral, na produção de frutas, de hortaliças, de flores, de grãos como café e de leguminosas. Essas atividades a que se dedicavam acabavam tomando destaque no que diz respeito à produção e à qualidade.

Houve uma certa diversificação e evolução pela organização de cooperativas e de associações criadas por eles que deram forças e mantimento para os produtores desses núcleos. Vale ressaltar que essas organizações se dedicaram a manter, através de atividades recreativas, a tradição e alguns costumes praticados no país de origem desse povo. Alocados pela reimigração, ganharam forças, no Governo Vargas, muitos dos descendentes dos primeiros imigrantes que procuraram se especializar e algumas vezes abandonar o rural, ingressando em escolas técnicas e em cursos da UFRRJ e da UFRJ.

Assim, mas para outros estados do Brasil, o atual Mato Grosso do Sul, que no início do século XX, ainda era anexado a um estado só, o Mato Grosso, teve uma recepção de migrantes japoneses de forma secundária do que ocorreu nos outros estados trabalhados aqui. Segundo Kubota (2006), o número de famílias japonesas presentes em Campo Grande, de 1920 a 1958, ano do cinquentenário da primeira leva de imigrantes vindos do Japão, passou de pouco mais de 50 famílias na cidade para aproximadamente 600 famílias.

Algo interessante é que a maioria dessas famílias eram de origem de Okinawa, o que possibilitou melhor interação e ligação de modo geral entre eles. Além disso, como o que parece ser também uma tradição, a instituição de cooperativas e de associações foi primordial para a organização desses grupos de migrantes, como Kubota destaca a seguir.

Atualmente são cerca de 4000 famílias pertencentes ao menos a um dos três clubes orientais que existem na cidade, porém, existem ainda famílias nipônicas que não são sócias de nenhum desses clubes. Os mais conhecidos são a Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande (AECNB - conhecida popularmente como Clube Nipo) e o Clube Okinawa. Segundo funcionários da AECNB, ambos foram fundados por japoneses oriundos da região de Okinawa, localizada ao sul do Japão. O Clube Nipo teve sua primeira versão fundada em 1920, como nome de Associação Nipo - Nihonjinkai. Somente em 1964, o clube mudou sua nomenclatura para Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira, contemplando assim, a população que os recebera durante as décadas anteriores. Com o passar dos anos, imigrantes de outras partes do Japão se associam ao Clube Nipo-Brasileiro, enquanto que no Clube Okinawa, persiste a descendência de pessoas vindas daquela província. Como Campo Grande recebeu a maioria dos imigrantes da região de Okinawa, até os dias atuais, cerca de 60% a 70% dos associados do Clube Nipo ainda são daquela região, porém, com aproximadamente de 30% a 40% de japoneses vindos de outras partes do país nipônico. (KUBOTA, 2006, pp. 14-15)

Ainda no Centro-Oeste, Saito (2011) volta a atenção para uma presença de imigração japonesa no estado de Goiás, datando de uma primeira caravana

chegando ao estado em 1929, com sete famílias, aproximadamente trinta pessoas. No ano seguinte, dão entrada no estado mais 24 famílias, tomando a largada e a criação de associações que evoluíram com o interesse do cultivo do café. A imigração para Goiás foi bastante complicada, uma vez que as condições naturais e a falta de conhecimento com técnicas no cultivo cafeeiro acabaram dando um certo prejuízo, o que levou à saída de algumas famílias do estado.

Mais ao Norte, houve a inserção japonesa na Amazônia, abrangendo alguns estados, com maior destaque para o Estado do Amazonas. Homma (2016) trata desse assunto apontando alguns motivos primordiais para a debandada japonesa para o norte brasileiro. Com a crise de 1929, se desvalorizou de forma extrema, o que provocou a redução nos preços das terras e o surgimento de pequenos proprietários japoneses no estado de São Paulo, que mudaram o foco de suas produções, se dedicando à atividade hortícolas e à criação de aves. Assim, nesse cenário de crise que se alastrou pelo mundo, começou a imigração japonesa primeiramente para o Pará, em 1929, e Amazonas, em 1931.

Esses dois estados tinham o interesse maior com a chegada nipônica na região, como bem diz no prefácio do livro de Homma (2016), para ter a oportunidade de criar alternativas econômicas, tendo em vista o declínio da borracha na região. Alguns bons resultados do processo migratório em São Paulo despertou um interesse ferrenho na atração dessas pessoas.

A chegada dos primeiros japoneses à Região Norte ocorreu, dadas as trajetórias mais firmes internas no Brasil e o envio direto do Japão por uma viagem escalonada entre Montevideo-Maru e Manila-Maru. A população japonesa e seus descendentes tiveram forte influência na produção agrícola na Amazônia, com muitos sucessos e insucessos na região, tal como os impactos causados pela atividade em região de floresta que foi desmatada para dar lugar às lavouras das culturas ali produzidas.

No Nordeste, se teve uma instalação um pouco mais tardia, começando a ganhar expressividade a partir do início da década de 1930, uma vez que algumas pontuais chegadas de pessoas de origem se deram anos antes, como no caso de Recife, capital de Pernambuco, onde ocorreu uma grande presença em termos culturais e mantendo suas associações (SILVA, 2022).

Na região Nordeste, Barbosa (2003) mostra que os japoneses ali instalados eram organizados primeiramente em núcleos coloniais agrícolas controlados por órgãos que estavam encarregados de dar assistência a eles, como por exemplo o

SCJB (Serviço de Colonização Japonesa no Brasil), entre muitos outros que eram envolvidos com o desenvolvimento e com a reforma agrária. Foram quatro estados os principais receptores de japoneses: Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Ainda segundo Barbosa (2003), a visão dos nativos da região era bem calorosa referente ao serviço e à permanência que eles prestavam na região, como bem aponta o trecho a seguir.

Os imigrantes japoneses que vieram para as colônias agrícolas do Nordeste, eram vistos de forma bastante positiva no que refere aos seus desempenhos junto a essas colônias. [...]. Os nipônicos eram vistos como pessoas bastante dispostas para o trabalho, inovadores em suas técnicas de plantio, e os estudos faziam parte do cotidiano dos mais jovens. Chegavam a trabalhar das 5 h até às 18h, só com intervalo para as refeições, e não raro, trabalhavam à noite, até às 22 h. Eram considerados excelentes agricultores, aprendendo o que achavam válido nos nossos processos agrícolas. (BARBOSA, 2003, p. 32)

Para tratamento de uma visão da migração japonesa mais local, no Estado de Minas Gerais, será dada atenção mais abrangente nos próximos capítulos os quais serviram de apoio para a inserção do recorte geográfico que será trabalhado mais a seguir. O atual capítulo serviu, antes de mais nada, para dar uma ideia de como foi a disseminação nipônica no Brasil, de forma geral para que se pudesse entender bem como se inseriram, os motivos que os levaram a se dispersar pelo Brasil e uma rápida análise sobre as atividades exercidas e marcas deixadas.

# 4. A PRESENÇA NIPÔNICA EM MINAS GERAIS, REGIONALIZAÇÃO E IMIGRANTES EM TURVOLÂNDIA (MG)

A presença nipônica em Minas Gerais é mais um fragmento de um contexto nacional que já vem sendo tratado na presente pesquisa, tal como sua trajetória de inserção e instalação pelo estado Mineiro. A compreensão da presença nipônica nessa localidade específica, bem como a análise da regionalização em que se insere, são essenciais para entender o legado e a influência dessa comunidade no contexto local e regional.

#### 4.1 Os japoneses em Minas Gerais

A instalação nipônica em terras mineiras se deu, em parte, de forma indireta, uma vez que, na atração de força de trabalho imigrante, Minas Gerais se tornava pouco atraente aos olhos de quem buscava instalação e permanência no Brasil.

Silva (2012) bem coloca que, apesar de um expressivo contingente de imigrantes europeus ter composto a mão de obra nas lavouras mineiras, São Paulo oferecia nesse momento melhores condições de trabalho, de salário para imigrantes, o que ocasionou um interesse maior desses sujeitos pelo estado de São Paulo.

Silva (2012) ainda afirma que foi nesse momento que o governo mineiro viu a necessidade de colocar em pauta a atração de imigrantes asiáticos para o estado, sendo eles principalmente de origem chinesa e japonesa. Essa imigração japonesa para o estado mineiro acabou sendo relativamente mais difícil, dado o desinteresse inicial do governo para com a atração deles e o anseio de uma atração europeia para o estado deixou o interesse da vinda asiática como um último recurso, gerando uma deficiência com relação a políticas imigratórias que pudessem incentivar a chegada nipônica na região uma vez que:

Estes também tinham os estados de São Paulo e Paraná como mais atrativos dada a possibilidade de ingresso em "colônias" já estabilizadas, nas quais poderiam adquirir terras. Seu conhecimento sobre esses estados também era maior, visto que as políticas de imigração visavam essas áreas. As Minas Gerais eram praticamente desconhecidas e não levantavam interesse como um ponto para a imigração japonesa. (SILVA, 2012, p.34)

Sendo dividida em dois momentos, a migração japonesa para Minas, tendo o seu primeiro contato com imigrantes de origem nipônica na década de 1910, em seus entraves e resistência, foi se perpetuando no estado. No primeiro momento, foram atraídos com a evolução produtiva e comercial relacionada aos hortifrutigranjeiros, dados os focos de produtividade de cada região. O Triângulo Mineiro foi a região pioneira em receber esses imigrantes principalmente no período entre 1920 e 1932. No segundo momento, se focou ainda mais na modernização dos modos de produção mineiros e agora incentivados pelos programas de incentivo japonês a partir de projetos agrícolas de cooperativas nikkeis. (SILVA, 2012, *apud* KEHDY e SILVA, 2010)

Vale destacar de forma mais sucinta que a instalação japonesa se deu por todo o estado mineiro, podendo destacar o caso de Barbacena na mesorregião do Campo das Vertentes, na Serra da Mantiqueira, onde o município teve seu primeiro contato com imigrante nipônico no final da década de 1930 como bem destaca Bernardo (2013). Inicialmente, uma família se instalou e se fixou na região. Assim, em um período de Guerra e pós-guerra, outras pessoas japonesas se alocaram no município de Barbacena e em outras cidades da região.

Também há relatos da presença de imigrantes japoneses, como apontado por Sant'Anna (2019), de um grupo que se instalou no noroeste de Minas Gerais na segunda metade do século XX, onde se encontrava um contexto de abertura das fronteiras agrícolas do cerrado com o incentivo do programa PROCEDER, que tinha como objetivo principal estimular a oferta de alimentos no mundo, criado em uma cooperação dos governos do Brasil e do Japão em 1974. Já em Juiz de fora, Rodrigues (2017) destaca um relato de perseguição a estrangeiros no momento da Segunda Guerra Mundial, uma cidade onde a presença de italianos e de alemães era relativamente expressiva em relação ao contingente de japoneses. Ainda assim, estes se faziam presentes, sendo alvos da repressão do governo vigente na época.

De forma rápida, podemos destacar uma presença nipônica no Sul de Minas, observando o caso de Varginha, onde existe uma comunidade nipônica bem presente, a qual, segundo o portal "Varginha Online" (2022), destaca a Associação Nikkey de Varginha que já possui um Título de Utilidade Pública Municipal desde 2017 e, em 2022, foi reconhecida com mesmo título já em nível estadual. O site ainda aborda um pouco sobre a associação, dizendo que é composta por mais de 70 famílias e cerca de aproximadamente de 300 pessoas, sendo composta por japoneses, seus descendentes e não descendentes, com o objetivo geral de manter e de promover a cultura japonesa entre a comunidade do município.

Agora vale enfatizar, após uma rápida abordagem sobre a presença japonesa pelo estado, a presença nipônica no município de Turvolândia, mas, antes, com uma abordagem sobre a regionalização da porção sul do estado e uma abordagem populacional do município, para, assim, entrar no foco principal do presente estudo.

#### 4.2 Aspectos gerais do Sul de Minas e Município

Ao se tratar espaço que se refere a um recorte nomeado de "Sul de Minas", se faz necessário abordar um pouco a regionalização construída sob esse nome e esse recorte espacial ao qual, de forma mais atualizada, é pertinente encontrar onde esse nome se perpetua no regionalismo da população local. No que se aborda em uma discussão em nível nacional essa regionalização, o que se aproxima desse método de regionalização é construída pelo IBGE (1990) com finalidades mais voltadas para trabalhos estatísticos. É uma mesorregião chamada de região "Sul e Sudoeste de Minas", englobando 146 municípios e cerca de 10 microrregiões. Coca

e Silva (2022), baseados em suas pesquisas, afirmam que essa regionalização respeita os limites político-administrativos dos municípios.

Em uma regionalização oficial, não sendo elaborada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mas, sim, por um órgão mineiro. A Fundação João Pinheiro, que está vinculada com o Estado de Minas Gerais, elabora as chamadas "Regiões de Planejamento" as quais, em trabalhos e pesquisas estaduais, são por vezes usadas nessa configuração de regionalização, que, em números totais são 10 regiões, sendo a sul mineira a de número três (Figura 1). Coca e Silva (2022) dizem que, ao terem como base as microrregiões definidas pelo IBGE em 1990, as regiões de planejamento também reforçam a capacidade de polarização de alguns centros e aglomerados urbanos.

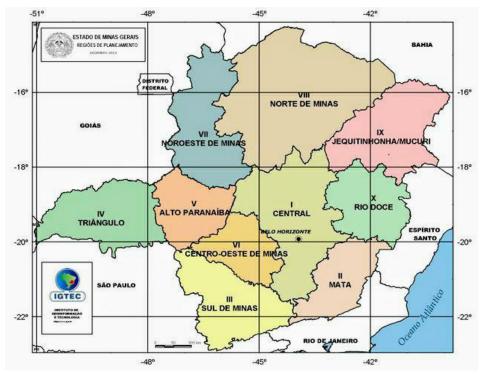


Figura 1: Regiões de Planejamento de Minas Gerais

Fonte: https://www.mg.gov.br/pagina/geografia. Acessado em: 12/06/2023.

A atual regionalização usada e aplicada pelo IBGE é a última criada em 2017. Foi introduzida em substituição à sua predecessora, a qual dividia as regiões em micro e mesorregiões geográficas. Nessa atual configuração, a compartimentação

passa a ser colocada como Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas. Santos e Alvim (2022), em suas análises e comparações sobre as duas regionalizações, apontam que a de 1990 se entrelaça muito com as características fisiográficas e socioambientais, levando em conta aspectos naturais do recorte feito, mas também se relacionam fortemente com alguns aspectos culturais desses espaços.

As autoras ainda destacam que a atual configuração é totalmente elaborada de forma que fosse pautada na rede urbana e em seus elementos concretos, tendo a intenção de ressaltar o maior centro urbano para que se demonstrasse a articulação entre os centros. O mapa a seguir (Figura 2) mostra o recorte estudado de acordo com a regionalização de 2017, destacando o município de Turvolândia, a partir dessa nova configuração.

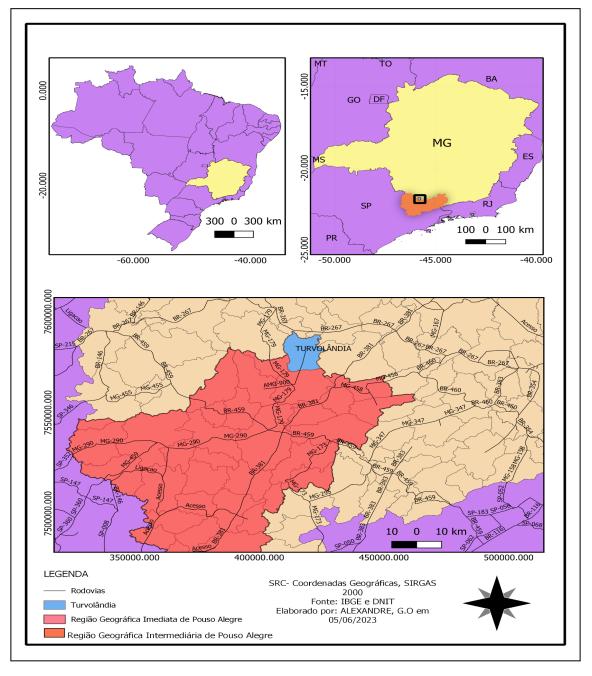


Figura 2: Mapa de localização do município de Turvolândia-MG

Fonte: BGE (2022); DNIT.

O município de Turvolândia tem sua atual forma e concreticidade emancipada autônoma relativamente recente. Porém, sua história é datada desde o século XIX, em que, por uma lei provincial e estadual, a então Freguesia se tornou Distrito em 1877, sob o nome de Retiro, subordinado a Pouso Alegre, e, logo no início do século XX, já se figurava sob a influência de São Gonçalo do Sapucaí. Assim, o então

Distrito foi desmembrado de São Gonçalo do Sapucaí e elevado à categoria de município em 30 de dezembro de 1962, constituído com um distrito sede, no início do ano seguinte. (IBGE, 2023)

A porção sul mineira é detentora de um alto índice de ruralidade, como bem aponta Alves (2020). Dados diversos pontos que levaram o autor a esclarecer sobre a ruralidade nos municípios sul-mineiros, levando em conta características culturais em geral. Essas características são relativas a alimentação, costumes ou até mesmo a modos de produção e ser a maior produtora da monocultura do café, com destaque para os municípios de Alfenas e Machado (ALVES, *et.al*, 2019, pp. 173-174), também tendo uma considerável presença em policultura relacionada à agricultura familiar. De acordo com um estudo da Fecomércio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais, 2018) sobre as regiões de planejamento em Minas Gerais, destaca-se, na região sul do estado, a economia predominantemente baseada no setor de serviços, sendo responsável por mais da metade da geração de riqueza local.

Estando em uma região de produção cafeeira, tal como a produção frutífera e leiteira, a localidade é atrativo intenso de migrantes e imigrantes, seja para trabalhar na maior parte dos casos ou até mesmo para se inserir e fazer uma construção de algo maior, sendo econômica ou culturalmente. Sendo assim, a porção sul do estado de Minas Gerais é receptora de um aparato relativamente expressivo com relação à população não natural dos municípios dessas localidades, bem como mostram alguns resultados de um projeto de pesquisa finalizado no ano de 2022 que buscou coletar dados sobre a população do Sul de Minas, seguindo o recorte de regionalização da Fundação João Pinheiro.

Os dados resultantes dessa pesquisa mostram que um fluxo migratório está presente nesse recorte espacial. Esses dados apontam que os habitantes do Sul de Minas Gerais são identificados como residentes de longa data, uma vez que 48,8% da população que vive na região nasceram no município em que residem, e 28,4% estão há mais de 20 anos neles. Assim, os outros 22,8% da população são compostos por migrantes relativamente recentes, dado um período de tempo menor que 20 anos. O trabalho ainda destaca que o fluxo migratório é originário principalmente da Região Geográfica Intermediária (RGINT) de Varginha, de São Paulo, da RGINT de Pouso Alegre, além de outras localidades de Minas Gerais. (IDENTIDADE SUL MINEIRA, 2022).

O município de Turvolândia, de pequeno porte, com uma população estimada de 4.935 habitantes (IBGE, 2023), é dotado de uma característica, a qual compartilha muito com outros variados municípios com configurações parecidas. Sua população é composta por pessoas que, por natureza de origem, não pertencem ao gentílico turvolandense, nome dado a pessoas nascidas em Turvolândia. A tabela a seguir (Tabela 2) mostra um pouco sobre os residentes dos municípios do sul de Minas Gerais.

**Tabela 2:** Variável residente nascidas fora de Minas Gerais (Pessoas)

Posição	Município (2010)	Nascidos fora de Minas Gerais	Nascidos em Minas Gerais	Porcentagem de quem nasceu fora
	Total (soma de todos os municípios)	282790	2455941	10,33%
1	Extrema (MG)	11309	17290	39,54%
2	Itapeva (MG)	2791	5873	32,21%
3	Sapucaí-Mirim (MG)	1742	4499	27,91%
4	Toledo (MG)	1475	4289	25,59%
5	Claraval (MG)	1155	3387	25,43%
6	Monte Sião (MG)	5293	15910	24,96%
7	Albertina (MG)	703	2210	24,13%
8	Jacutinga (MG)	5481	17291	24,07%
9	Ibiraci (MG)	2865	9311	23,53%
10	Cambuí (MG)	5228	21260	19,74%
11	Camanducaia (MG)	3777	17303	17,92%
12	Pouso Alegre (MG)	21993	108622	16,84%
13	Turvolândia (MG)	782	3876	16,79%

14	Andradas (MG)	6232	31038	16,72%
15	Poços de Caldas (MG)	25406	127029	16,67%
16	Monte Santo de Minas (MG)	3360	17874	15,82%
17	São Sebastião do Paraíso (MG)	9805	55175	15,09%
18	Guaxupé (MG)	7275	42155	14,72%
19	São Lourenço (MG)	6106	35551	14,66%
20	Guaranésia (MG)	2668	16046	14,26%

Fonte: Adaptado de Identidade Sul Mineira (2022).

Vale ressaltar que, a partir do que foi observado na tabela 2, o sul de Minas possui uma característica além do natural da imigração, formado majoritariamente por municípios de pequeno e médio porte. Gomes, Matos e Lobo (2021) apontam que os municípios de pequeno porte, que são inferiores a 50 mil habitantes, no caso, faz-se necessário tratar de uma abrangência de municípios de menor escala sempre estão perdendo população, e que, em uma análise dentre 3 quinquênios, Minas Gerais obteve o saldo migratório positivo apenas em um. Ainda consideram que as evidências necessitam de um olhar multidisciplinar que, de maneira geral, pequenos municípios tendem a perder população, mas como bem colocam, novos momentos fazem com que tal cenário mude, a partir de fatos como descentralização urbana, redirecionamento na economia, entre outros aspectos adjacentes a essa temática.

A questão do saldo populacional, apesar de ser pertinente, apenas serve para ilustrar e enriquecer o que vem sendo estudado. Assim como o estudo apontado destaca a confluência e a fluidez migratória, a tabela apresentada (Tabela 2) mostra que, majoritariamente, os municípios da porção sul do estado de Minas Gerais possuem, em número considerável, uma forte presença de pessoas não nascidas nesse recorte espacial, nem no estado de Minas Gerais. Questões como economia e busca de qualidade de vida podem ser identificadas como condicionantes para tal movimento de mobilidade e de fixação.

O Sul de Minas tem uma forte presença de estrangeiros não naturalizados e os já naturalizados, dada a escala a qual está sendo trabalhada no presente trabalho. Fixando mais firmemente um olhar em uma pequena cidade, a tabela a

seguir (Tabelas 3) mostrará estrangeiros que foram naturalizados brasileiros até o censo de 2010 que fixaram residência até o ano de 2000.

**Tabela 3**: Variável - Naturalizados brasileiros (Pessoas) Ano – 2010.

Posição	Município	Fixaram residência no país até 2000
1	Poços de Caldas (MG)	190
2	Itajubá (MG)	137
3	São Lourenço (MG)	122
4	Lavras (MG)	87
5	Pouso Alegre (MG)	54
6	Caxambu (MG)	25
7	Três Corações (MG)	22
8	São Sebastião do Paraíso (MG)	20
9	Santa Rita do Sapucaí (MG)	19
10	Boa Esperança (MG)	18
11	Turvolândia (MG)	16
12	Lambari (MG)	16
13	Extrema (MG)	16
14	São Roque de Minas (MG)	14
15	Itanhandu (MG)	12
16	Varginha (MG)	11
17	Passos (MG)	11
18	Monte Sião (MG)	11
19	Itapeva (MG)	11
20	Machado (MG)	10

Posição	Município	Fixaram residência no país até 2000
21	Demais municípios somados	178

Fonte: Censo Demográfico (2010). Adaptado de Identidade Sul Mineira.

Fica evidente a forte presença de estrangeiros naturalizados brasileiros no ano de 2010 no município de Turvolândia, algo que é de se considerar, dado o porte do município. Também é comum, na observância dos dados apresentados nas Tabelas 2 e 3, que a presença de pessoas não naturais dos municípios em que fixam residência, o que se destaca ainda mais é a presença de estrangeiros residentes e naturalizados na localidade. Turvolândia fica em décimo primeiro lugar, considerando a presença de estrangeiros naturalizados numa contagem que leva em conta a totalidade e os números de municípios da região abordada e, em décimo terceiro lugar, considerando moradores que não nasceram no município

Vale seguir o que é abordado por Santos (1978), ao trabalhar com considerações sobre se tratar uma cidade local definida como uma "aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função essa que implica em uma vida de relações" (1978, p.71). Essa definição faz pensar o município de Turvolândia e seu aglomerado urbano e os aspectos gerais da localidade como uma cidade local em que se denota o que se chama de 'cidades pequenas' que por sua vez se tem como critério o volume populacional existente no território indo ao encontro do que Milton Santos definiu sobre o que seria uma cidade local. Dito isso, dentre o que abordaremos, as atividades exercidas na região e no município se tornam o precedente para a definição feita, de modo que a conceitualização se torne evidente e clara.

Em suma, ao se falar de economia e pontuações sobre características gerais, a Fecomércio-MG (2018) aponta que o setor de serviços é o maior contribuinte na região, ocupando mais da metade da participação e apesar de a atividade agropecuária ser forte na região, os dados apresentados deixam evidentes qual o setor que apoia e alavanca a economia regional. Souza, Viana e Leal Filho (2016) colocam bem ao destacar que a região Sul de Minas Gerais abriga um setor agropecuário que é considerado um dos mais avançados do Brasil, tendo como principais atividades o café e o leite que ocupam uma parcela considerável do território sul-mineiro.

Turvolândia não se desvia muito desses modos de produção, tendo como forte vetor na localidade e na agricultura o café também está presente, com vigência da agricultura familiar. Já o setor frutífero no município, é forte, tendo ações ordenadas por cooperativa e por organização espacial concreta, no que se refere ao território usado no recorte estudado.

5. ADAPTAÇÃO E TRADIÇÃO DE JAPONESES EM TURVOLÂNDIA: A DIMENSÃO ECONÔMICA A PARTIR DA COOPERATIVIDADE

O atual capítulo busca esclarecer alguns pontos sobre a chegada japonesa no município de Turvolândia, assim como o que levou a chegadas deles no município e a criação de uma Cooperativa na década de 1990. Trata de sua permanência na localidade do início até a atualidade.

## 5.1 A instalação nipônica: trajetórias e aspectos resistentes

Para melhor entender como foi a chegada dos japoneses no município, foi necessária uma visita à localidade para coletar informações sobre a presença nipônica, já tendo em mãos dados de um documentário disponível no *YouTube*.

Ao conversar com um descendente de japonês, nos foi relatado que a chegada deles no município data em torno de quarenta anos que estão fixados na localidade, o que coincide com o relato de uma moradora que tem ascendência japonesa ao documentário. Segundo esse documentário, os japoneses se instalaram na região na década de 1980, vindos do interior paulista, informação passada por Hugo Fugiwara e informado pela moradora, do norte do Paraná, para inicialmente assim fazer o plantio de tomate.

A instalação na região foi a partir de um projeto que levava o nome de Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), em 1978, mesmo nome do bairro onde estão alocados. Assim, nos relatos colhidos em formato digital e presencial, as terras foram divididas em lotes para inicialmente apenas japoneses que vinham do Paraná e de São Paulo se instalarem na localidade. Além do plantio do tomate, é possível constatar, ao assistir ao curta-metragem, que, logo no início da década de 1980, se iniciou o plantio de frutas, ramo que se tornaria o principal foco dos produtores da região.

Taniguti (2015) destaca a Cooperativa Agrícola de Cotia, após algumas tentativas fracassadas de constituição de uma cooperativa no município de Cotia, no estado de São Paulo, guinada a partir de uma primeira assembleia capitaneada por Kenkiti Simomoto em 11 de outubro de 1927, financiados por uma subvenção oferecida pelo governo japonês. No ano seguinte, as ações foram formalizadas, direcionando a compra de um terreno que serviu como vetor oficial das atividades da cooperativa. O autor aponta que a presença da cooperativa seguia uma linha que serviu para destacar e fazer uma espécie de identificação e caracterização tecnológica, meios de produção que fossem identificados como de origem nipônica.

Taniguti (*idem*) é bem incisivo e linear no traçar da trajetória da Cooperativa Agrícola de Cotia na primeira metade do século XX, a qual foi pautada por dificuldades e resistências na inserção em um mercado limitador e preconceituoso tanto por motivos da Segunda Guerra Mundial, que levaram a alguns rompimentos e articulações a partir um cenário em que imigrantes alemães, italianos e japoneses sofreram forte repressão em consequência do que se passava no Hemisfério Norte. Mas, ainda assim, houve conquistas que levaram a partir da

[..] década de 1950, os resultados dessas transformações no seio gestionário do empreendimento foram expressivas, pois a Cooperativa se tornou um dos maiores expoentes de produção e abastecimento no setor agrícola e passou a ser reconhecida como uma autoridade cultural entre a coletividade japonesa, capaz de produzir narrativas que atestassem a incorporação do grupo social na sociedade local. (TANIGUTI, 2015, p. 128)

Continuando em Taniguti (*ibidem*), a CAC, na segunda metade do século passado, seguindo uma linha em conjunto a que o país se direcionava, passou por mudanças que reforçaram ainda mais a abrangência que a mesma já estava se colocando, já atuando no Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, transformando sua estrutura em Cooperativa Mista Central de Segundo Grau. Isso fez com que a Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central (CAC - CC) passasse a comandar mais outras oito cooperativas, abrangendo suas atividades nos estados de São Paulo e Paraná, firmando posições no Rio de Janeiro e no Mato Grosso do Sul.

Chegando ao momento em que se instalam no Sul de Minas, Taniguti (2015) destaca que a CAC passou a participar de diversos projetos do Governo Federal. Entre eles, vale apontar o Programa de Assentamento Dirigido do Sul de Minas (PADSUL), que teve três fases de 1975 a 1985, período que coincide com a chegada das famílias de origem japonesa à Turvolândia (MG).

Já no Sul de Minas, a CAC, após aproximadamente duas décadas de iniciativas arriscadas, de mudanças de gestão e de manobras financeiras que levaram ao endividamento da cooperativa, dados os agravamentos resultados também do período econômico pelo qual o Brasil passava. Em 30 de setembro de 1994, na Assembleia Geral, com a presença de 150 pessoas, foi votada a decisão de encerramento das atividades da cooperativa, após seis décadas de existência. (TANIGUTI, 2015)

Em 1996, em uma nova organização, surgiu a Cooperativa Agrícola do Sul de Minas, (CASM), com o ajuntamento de produtores rurais que se instalaram a partir da fundação da Cooperativa Agrícola de Cotia. Com o objetivo de fortalecer a agricultura no município de Turvolândia e assim também fortalecer a cultura japonesa que se iniciou na localidade, o novo cooperativismo começou após dois anos sem uma instituição que organizasse as atividades exercidas pelas famílias *nikkei* no município.

Ao conversar com o gerente administrativo da CASM, foi possível coletar algumas informações sobre a estrutura da cooperativa, a qual possui 34 cooperados. Desse número, 14 possuem um representante por família de origem japonesa. É número relativamente menor como é apresentado que, através dos 27 anos que a cooperativa existe, muitos antigos cooperados vieram à falência ou até mesmo desistiram do ramo frutífero, venderam suas terras e se mudaram da região.

Ao se falar de produção, se faz necessária uma dupla análise do que foi relatado pelo gerente administrativo e com dados abertos encontrados no portal do "Projeto de Intercâmbio, Cooperação e Geração de Negócios dos Agricultores Nikkeis da América Latina", com dados de 2020. Segue-se, assim, com informações correlacionadas entre relatos e dados registrados.

Sendo produtores unânimes de frutas, se abstendo de se dedicarem a outros tipos de cultura, a cooperativa se dedica a uma produção que é voltada principalmente ao cultivo de caqui, atemoia, abacate, dekopon e pitaya, e em uma menor escala, pode-se citar a produção de ameixas, mas, pelas dificuldades como clima e pragas, a produção se reduziu a uma variedade apenas à qual alguns poucos produtores se dedicam. O quadro a seguir (Quadro 2) mostra a relação entre área plantada e o montante colhido em 2020.

Quadro 2: Relação entre cultura, área e produção de frutas pela CASM em 2020.

	Cultura	Área (hectare)	Produção (toneladas)	Ano
(1)	Caqui	40 ha	500 t	2020
(2)	Atemoia	50 ha	250 t	2020
(3)	Abacate	20 ha	20 t	2020
(4)	Pitaya	10 ha	15 t	2020
(5)	Dekopon	3 ha	5 t	2020

**Fonte:** Adaptado de "Banco de dados das organizações agrícolas nikkeis da América Latina" (2021).

Em conversa com o gerente da cooperativa, consegue-se constatar que os números passados por ele divergiram com os apresentados na tabela. Segundo Marcelo Batista, nome do gerente administrativo, na colheita de caqui, encerrada no mês de junho de 2023, foi colhida uma quantidade de aproximadamente 800 toneladas da fruta, dando um aumento de 300 toneladas em um período de 3 anos.

Em se tratando da atemoia, o último balanço da cooperativa indica uma colheita de aproximadamente 500 toneladas de fruta colhida por ano. Sobre o abacate, não se tem números exatos e aproximados, uma vez que a comercialização começou fora da cooperativa. Sobre as outras frutas, não se pôde obter os números mais atualizados, visto o momento em que foram realizados os questionamentos.

Em se tratando de direcionamento das frutas colhidas, foi informado que são direcionadas, em sua maioria, à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), que é uma empresa pública federal, de sociedade anônima e que está vinculada ao antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário de Agricultura Familiar. As vendas também são direcionadas para várias regiões de Minas Gerais, como Belo Horizonte, Barbacena e Juiz de Fora. A fruta que conseguem exportar é a atemoia, a qual é direcionada ao Canadá, na América do Norte, com destaque para a França, na Europa, e Arábia Saudita, na Ásia. Em quesitos de exportação, a cooperativa apenas faz os processos de embalagem e organização, já que uma empresa paralela é que faz os serviços de exportação.

Figura 3: Fachada do principal da CASM



Fonte: Arquivo pessoal de Gustavo de Oliveira Alexandre, 2023.

#### 5.2 Cooperatividade regional, território usado e saberes locais

A fixação e a permanência dessas famílias *nikkeis* tiveram uma grande influência na paisagem e na transformação da localidade em que foram instaladas, modificando-a e adaptando segundo seus costumes. Pode-se fazer uma referência ao o que é tratado por Santos (1988), a paisagem e os aspectos que levam a sua transformação, no caso aqui, o da produção frutífera, se relacionam a partir de um princípio de que cada forma produtiva necessita de um instrumento de trabalho e que:

Se os instrumentos de trabalho estão ligados ao processo direto da produção, isto é, à produção propriamente dita, também o estão à circulação, distribuição e consumo. A paisagem se organiza segundo os níveis destes, na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondentes. (SANTOS, 1988, p.24)

Desse modo, ao chegarem à região, se instalarem e a produção de inicialmente tomate ser iniciada e, depois, serem inseridas as novas culturas, o processo de produção depende dos instrumentos que determinam o modo de como

a paisagem se organiza a partir da produção, da circulação e até mesmo do consumo, entendendo, assim, um método de como o espaço habitado e produzido se entrelaça com bases no trabalho e seus instrumentos aplicados, resultando nas novas facetas que as paisagens ganham através do uso do território.

Figura 4: Agricultura desenvolvida por japoneses e descendentes, Turvolândia, 2023.



Figura A: Plantação de abacate Figura B: Plantação de caqui.

Autor: Gustavo de Oliveira Alexandre, 2023.

Sobre o território usado, vê-se a necessidade de abordar um pouco a respeito. Santos (2005) trata o território como uma forma, o qual, quando se analisa, só se mantém estático e sem função. O autor ainda traz também que o território, quando usado, se torna objetos e ações, que por sua vez nada mais é do que um sinônimo do que se denomina por "espaço habitado" e, consequentemente, suas metamorfoses resultantes do uso e da ocupação.

O autor traz uma ideia que se encaixa na dinâmica da presença nipônica na região, tratando como um território transnacionalizado. Nesse caso de Turvolândia, o território o qual foi assentado pelos japoneses que "se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos e novos localismos." (SANTOS, 2005). Apesar de a fragmentação poder servir em oposição às inovações tecnológicas, os desenvolvimentos científicos servem como equilíbrio para com as forças que surgem dessa fragmentação, desenvolvendo as novas técnicas de cultivo na agricultura e resultados de pesquisas que possam indicar a melhor cultura a ser aplicada no recorte aqui abordado.

Nessa linha de pensamento, levando em conta as novas formas de produção e as inovações tecnológicas que transformam a dinâmica territorial, têm-se a necessidade de se voltar sobre a população que ali vive e que depositou seus saberes, que através dos anos se tornaram saberes locais. O saber local tratado por Santos (1999) se apresenta de uma forma que é nutrido pelo cotidiano, sendo uma ponte para uma produção política, sabendo mais sobre o saber local, para que o local seja destacado e preservado.

O autor (1999) ainda faz um apontamento que, nessa linha de pensamento, pode-se observar como uma crítica à vulnerabilidade do campo em relação às forças da globalização, que faz força em cima dos saberes locais para que global subjugue o local. Por um tempo, pode-se manter um convívio do local com o global, reforçando e capitalizando os frutos da localidade, mas, em um certo momento, o grande viés do capital induz a desistência do local rural.

O apontamento tratado por Santos (1999) faz um gancho do que foi relatado por Hugo Massaru Fujiwara, que foi questionado sobre a trajetória dos nipônicos que chegaram pela CAC, os que iniciaram o novo projeto da CASM, e como foi a trajetória deles durantes esses somados mais de 40 anos de história de presença nipônica na localidade. O que foi informado é que uma considerável quantidade de famílias chegou a Turvolândia e se assentou a partir do projeto que espalhou e alocou os japoneses e seus descendentes por todo o Brasil. Muitas dessas não se encontram mais no espaço trabalhado, algumas com esporádicas visitas a amigos e alguns poucos familiares.

O fato é que a continuidade do mantimento que algumas famílias começaram no final da década de 1970 e início da de 1980, como diz o morador e produtor, é que, no decorrer dos anos, com o falecimento das que comandavam a produção, se tornou difícil o mantimento dessas propriedades. Assim, ocasionou-se a venda de algumas delas para vizinhos locais, não só pelo desinteresse em dar continuidade e pelo fulgor do apreço urbano, alguns, como disse o entrevistado, acabaram por entrar em falência por dificuldades financeiras e de manter-se na produtividade com a cooperativa.

Ao analisar os portais que a cooperativa estabelece nas redes sociais, pode-se ter ciência de alguns nomes *nikkeis* que ainda permanecem na localidade, nomes como a já citada, Fujiwara, Nagano que é o presidente da cooperativa, e

outras como Sato, Fugimoto, Akagi, Kodama e Tanyaki, aos quais não possível o acesso e encontrar informações sobre. Quanto à família Tanyaki, possui uma residência imponente a qual se destaca na paisagem tanto pelo estilo quanto por ser envolta por uma plantação de caqui.

Figura 5 e 6: Residência de um morador japonês.





Figura A: Residência Tanyaki Figura B: Plantação de Caqui

Autor: Gustavo de Oliveira Alexandre, 2023.

A partir da chegada nipônica, da permanência e da retirada da região, algo que abrange a subjetividade de quem vive ali, se estende de forma que o que se vê na atualidade é resultado da produção da territorialidade e de seus efeitos no interior de cada núcleo familiar. Em se tratando de territorialidade, o que vai elucidar esse pensamento é o que foi definido por Sack (2013), de que a territorialidade é como uma forte ferramenta geográfica de controle de área, ainda completando que

A territorialidade é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo. (SACK, 2013 p. 63)

O pesquisador (2013) destaca também que a territorialidade forma uma espécie de pano de fundo para as mais variadas formas de relações espaciais

humanas e é observável que essas relações não são neutras , uma vez que as "pessoas não apenas interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar: interação humana, movimento e contato são também casos de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles a recursos.(SACK, 2013)

Entendo a territorialidade por essa vertente, a questões e relações pessoais definidas por ações as quais espalham, fazendo entender as relações da sociedade e do sistema através do espaço e do tempo. Uma territorialidade de maior energia e poder controla as ações e as ideias das mais frágeis, as quais são subservientes ao capital e à má administração deste. Assim, a negligência e o desânimo perante a carestia dos produtos levaram ao "êxodo" de muitas famílias para voltar ao estado de São Paulo e a outras localidades atrativas em novos projetos do que se retiraram de Turvolândia.

É de bom tom analisar com atenção o que foi respondido pelo produtor Fujiwara, sobre suas perspectivas quanto ao futuro de sua propriedade e da cooperativa, e se ali mantinha o desejo de preservar o que foi construído por seu pai desde a década 1980. Foi respondido que, apesar da diminuição da presença japonesa que representa um pouco menos da metade do contingente de cooperados e apesar de ainda terem o comando administrativo da cooperativa, os números populacionais de origem *nikkei* não desanimam a família. Isso inclui o núcleo familiar de seu pai, que foi dividido e formou mais núcleos como o seu (Hugo) e de seu irmão Takeshi, que é vice-presidente da cooperativa. Assim, a perspectiva de manter e de expandir o negócio firmado pela família cresce.

O sentimento de manter e o apreço pelo lugar e pelo território em que vivem, nos faz remeter a Serpa (2021) que trata de maneira magistral na diferenciação dos níveis de percepção do que é o lugar e do que é território. Para o autor, a definição de lugar vai se encaixar no que diz respeito ao espaço vivido, destoando do território que está totalmente ligado ao espaço de poder. O ponto ao qual se chega é que o sentimento de pertencimento e de prosseguimento vêm a partir do lugar que, por sua vez, será subordinado ao território o qual exerce o poder sobre as ações ali tomadas.

Ainda assim, ao reforçar essa ideia de espaço vivido, apoia-se na perspectiva da topofilia estudada e apresentada por Tuan (1980) ao trabalhar os sentimentos e ideias das pessoas em relação aos espaços em que já viveram, ou nos quais estão inseridas. A ideia aplicada à atual pesquisa, ao se levar em conta as forças que se

difundem a partir das experiências que localmente e das diferentes formas se tornam homogeneizadoras, fixando os saberes, que entrelaçam suas culturas, firmam suas relações para com a terra.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo trabalhado em uma relação histórica e geográfica sobre as migrações e seus motivos e seguindo a abordagem dos condicionantes e trajetórias dos japoneses pelo Brasil, a observância do tema elucida de forma pontual que problemáticas internas de um determinado país levam, por vezes de forma desesperada, à ida para outro país com acordos iniciais sem a garantia de que seriam cumpridos, colocando os que chegam em uma nação estrangeira em uma espécie de desamparo inicial.

Traçados por uma organização que é característica de sua cultura, no presente trabalho, foi possível destacar a forma de organização e de regimento estabelecido por esse povo após alguns anos de percalços e de dificuldades encontrados inicialmente. A construção de associações com o auxílio japonês possibilitou aos núcleos urbanos se organizarem e terem a possibilidade de uma perpetuação de sua cultura e de gêneros de vida por onde se instalam, como o Bairro da Liberdade, na capital paulista, um exemplo maior dentre tantas outras organizações instaladas ou construídas pelo país.

No contexto rural, pôde ser observado que as cooperativas foram pilares essenciais para o crescimento dos núcleos que se mantiveram no campo, de pequenos e médios produtores na produção de suas culturas. Na maior parte das vezes, estes se organizaram e chegaram à conclusão de que o cooperativismo dentre os seus seria a melhor forma de se formarem como referências no que fizessem. Assim, grandes cooperativas ganharam destaque no cenário nacional, como a Cooperativa Agrícola de Cotia, trabalhada por Taniguti (2015), que aborda toda a trajetória da cooperativa até o seu findar.

A formação do núcleo de origem japonesa em Turvolândia teve impactos principalmente na zona rural, modificando a paisagem e moldando o cotidiano social da localidade. O município de Turvolândia, a partir da ascensão da Cooperativa Agrícola do Sul de Minas (CASM), é olhado e situado a partir de um objetivo que não se restringe às festas religiosas que são comuns na região. A agricultura desenvolvida no município atrai pesquisadores de instituições de ensino que desenvolvem pesquisas referentes ao tema. As exportações, para além das fronteiras estaduais, apoiam a economia municipal, diversificando a produtividade local e possibilitando novos olhares para a localidade, analisando com mais afinco os movimentos feitos, para uma perpetuação da comunidade onde estão inseridos.

Ao trabalhar o núcleo japonês formado em Turvolândia (MG), a partir da iniciativa da CAC e agora mantendo uma cooperativa por comando deles, a abrangência e a investigação desse tema ainda se mantém em um início, visto a dificuldade de coleta de informações e a disponibilidade dos mesmos em manter um contato e assim poder elucidar mais sobre sua história na localidade. O tom de investigação deste trabalho serve de gancho para possíveis aprofundamentos do tema em outros momentos sobre como os cooperados da CASM se organizam para o bom progresso da cooperativa, o manejo das culturas ali produzidas. Assim, se

poderá construir um diálogo e uma parceria para com esse povo que vive no recorte feito nesta pesquisa que no momento se encerra.

## **REFERÊNCIAS**

ASSESSORIA, C. Associação Cultural Nikkey de Varginha recebe Título de Utilidade Pública Estadual. Disponível em: <a href="https://www.varginhaonline.com.br/197116/associacao-cultural-nikkey-de-varginha-recebe-titulo-de-utilidade-publica-estadual.html">https://www.varginhaonline.com.br/197116/associacao-cultural-nikkey-de-varginha-recebe-titulo-de-utilidade-publica-estadual.html</a>. Acesso em: 15 jun 2023.

ALMEIDA, S. C. R. **Imigração Japonesa e Identidade Nacional.** Monografia (bacharelado em Relações Internacionais). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.

- ALVES, D. F et al. Relação de Campo-Cidade e dinâmica econômica nos municípios da APA do Rio Machado MG, v.29 pg. 164 180, 2019.
- \_\_\_\_\_. Ruralidades e as cidades pequenas no Sul de Minas Gerais. in. ALVES, F.D; AZEVEDO, S. C. Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à COVID-19. Editora Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2020.
- ASARI, A. Y; TSUKAMOTO, R.Y. **Da terra do sol nascente às terras férteis do Paraná: territorialização e organização social de** *nikkeys.* 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro : IBGE, 2008.
- BARBOSA, J. B. P. A imigração colonizando o Vale: um estudo sobre o projjeto dos governos federal e estadual para colonizar o Pium (1954-1959). Monografia. (Pesquisa Histórica II). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003. Disponível em: <a href="http://ftp.editora.ufrn.br/handle/123456789/352">http://ftp.editora.ufrn.br/handle/123456789/352</a>
- BASSANEZZI, M. S. C. B; TRUZZI, O. M. S. Plantadores do futuro: japoneses em São Paulo na primeira metade do Século XX. 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- BECKER, O. M. S. **Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos.** *In:* CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BERNARDO, W. F. Porque o brasileiro é uma coisa e o japonês é outra: trajetórias de vida e memória da imigração japonesa na região de Barbacena, MG. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juíz de Fora, 2013.
- BOMTEMPO, D. C. D. **Migração internacional, economia urbana e territorialidades.** Boletim Goiano de Geografia, v. 39, p. 1–26, 2019.
- BOTELHO, T. R.; BRAGA, M. P.; ANDRADE, C. V. DE. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. Revista brasileira de história, v. 27, n. 54, p. 155–176, 2007.
- BRUMES, K. R; SILVA.M. **A migração sob diversos contextos.** Boletim de Geografia. Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.
- CUNHA, F.C. P. A imigração japonesa no Brasil: o caso do pioneirismo macaense (1890-1945).

- **CEAGESP** -. Disponível em: <a href="https://ceagesp.gov.br/a-ceagesp/institucional">https://ceagesp.gov.br/a-ceagesp/institucional</a>. Acesso em: 20 jun. 2023.

COCA, E. L. F; SILVA, R. P. S. **Apontamentos teóricos-metodológicos sobre as regionalizações oficiais do Sul de Minas Gerais.** XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos. Virtual. 2022.

DAMIANI, A.L. **População e geografia**. 10 ed; 4 reimp. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

DA SILVA, A. C. C. G. **Censos Demográficos.** Disponível em: <a href="https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html">https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html</a>>. Acesso em: 08 jun 2023.

FAUSTO. B. História do Brasil. São Paulo. EDUSP, 1994.

GAUDIOSO, T. K. (2014). **A presença dos primeiros japoneses no Brasil.** Cadernos do Programa De Pós-Graduação em Direito — PPGDir./UFRGS. https://doi.org/10.22456/2317-8558.47949

GOMES, N.F.M; MATOS, R.R.S; LOBO, C.F.F. **Movimentos migratórios nos pequenos municípios do sudeste brasileiro.** Caminhos de Geografia Uberlândia-MG v. 22, n. 82 ago./2021 p. 215–226.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate.** Geographia, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

### **IDENTIDADE SUL MINEIRA**, 2022

**Instagram.** Disponível em: <a href="https://www.instagram.com/cooperativacasm/">https://www.instagram.com/cooperativacasm/</a>. Acesso em: 28 jun. 2023.

KAWASE, A.Y. **Dois povos e uma cultura, juntos na construção de um legado.** Harada, advogados e associados, 2018. Disponível em: <a href="https://haradaadvogados.com.br/dois-povos-e-uma-cultura-juntos-na-construcao-de-um-legado/">https://haradaadvogados.com.br/dois-povos-e-uma-cultura-juntos-na-construcao-de-um-legado/</a>. Acesso em: 18/05/2023

HOMMA, A.K.O. A imigração japonesa na Amazônia : sua contribuição ao desenvolvimento agrícola . 2. ed. — Brasília, DF : Embrapa, 2016.

KODAMA, K.; SAKURAI, C. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. *In:* Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

KUBOTA, N.F.L. Bon Odori: A Construção da Identidade Étnica Japonesa em Campo Grande, 30° Encontro Anual do Anpocs, 2006.

LEÃO NETO, V.C. A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): Contornos diplomáticos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1990.

MACEDO, E. U. **História do Japão: uma introdução** .San Bernadino, Califórnia, EUA: Publicação Independente Amazon, 2017.

MAKINO, R. Relações Nipo-brasileiras (1895-1973):: o lugar da imigração japonesa. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

MARTINE, G. Globalização inacabada, migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo em perpectiva, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena historia crítica.** . São Paulo: Hucitec , 1981.

OGOSHI, L.J.C. A formação do Estado-nação japonês e suas consequências. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

PAGANELLI, T. I. Resgate de uma história: os japoneses no Estado do Rio de Janeiro. 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2008

PORTO, G. C. S. Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX: permanências, complexidades e amadurecimento. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

\_\_\_\_\_.Trajetórias socioespaciais de imigrantes internacionais no brasil no período atual. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <a href="https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78886">https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78886</a>. Acessado em: 25/05/2023.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil.** 26 ed. São Paulo : Editora Brasiliense, 1981.

Projeto de Intercâmbio, Cooperação e Geração de Negócios dos Agricultores Nikkeis da América do Sul. Disponível em: <a href="https://nikkeiagri.jp/pt/index.html">https://nikkeiagri.jp/pt/index.html</a>. Acesso em: 5 jun. 2023.

RIBEIRO, J. S. As transformações sociopolíticas e culturais no Japão da Era Meiji (1868-

**1912)** a partir das Cartas do Japão, de Wenceslau de Moraes. Dissertação de mestrado. (Mestrado em História Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2017 . Disponível em: <a href="https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13056">https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13056</a>

RODRIGUES, L.A.B. Os japoneses e a perseguição a estrangeiros em Juiz de Fora durante o Estado Novo. XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília, 2017.

SACK, R. D. **O significado de territorialidade.** Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Leila Christina Dias Maristela Ferrari (organizadoras), Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2013.

SAIKI, D. Y. **Dimensões e escalas temporais da migração entre Brasil e Japão.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Ciências da Natureza. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, 2017.

SAKURAI, . Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada- 1908-1941. En: XXII Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambú, 1998.

SAITO, C. N. I. O imigrante e a imigração japonesa no Brasil e no estado de Goiás. Revista UFG, n. 10, 2011.

SANTOS, M. G. A.; ALVIM, A. M. M. Comparação entre as regionalizações do IBGE de 1990 e 2017 em Minas Gerais: breves discussões. Revista Geografia em Atos (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 200-224. DOI: https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9084

SANTOS, M. A; *et all.* **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade: ensaios.** Petrópolis, Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. *In.* ACSELRAD. H. Caderno Ippur n 2. Rio de Janeiro, Ago- dez, 1999.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. *In*: OSAL : Observatorio Social de América Latina. n 6 16 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006. -

SANT'ANNA, N. R. Comunidade nikkei de Paracatu-MG e suas experiências no contexto do PROCEDER. Estudos Japoneses, n. 41, p. 61-77, 2019

SAQUET, M.A; MONDARDO, M.L. . **A Construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** p.118-127.ln: Revista NERA. v.11, n.13, Presidente Prudente, 2008.

SERPA, Angelo. **Por uma Geografia dos espaços vividos.** São Paulo: Editora Contexto,2021

SHIKADA, Akiyoshi et al. **História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, F. O. **Do crisântemo ao ipê: a presença japonesa e suas formas de mediação em Uberlândia- MG.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <a href="https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/12886">https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/12886</a>

SILVA, L. A. M. R. Associação Cultural Japonesa do Recife: sobre a preservação dos registros da comunidade nipo-brasileira no Recife. Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SOUZA, C. C. A; VIANA, R. M; LEAL FILHO, R. S. **Desigualdade nos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais.** Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2016.

TANAKA, Aline Midori de Moraes . **Imigração e colonização japonesa no Brasil-um resumo**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir./UFRGS, Porto Alegre, v. Esp., n.espcial, p. 37-41, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980. WAGNER, Wolfgang.

**Turvolândia (MG).** Disponível em: <a href="https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/turvolandia.html">https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/turvolandia.html</a>. Acesso em: 01 jul. 2023.

WOORTMANN, E, F. Japoneses no Brasil/ brasileiros no Japão: tradição e modernidade. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, V. 8 nº 2, 1995.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GERENTE DA COOPERATIVA.

- 1. Poderia falar um pouco sobre você? Idade, onde nasceu (cidade, estado e país), nível de estudo, por exemplo?
- 2. Qual o cargo que você ocupa na cooperativa hoje?
- 3. Sabe me dizer quantos cooperados compõem a cooperativa?
- 4. Poderia falar um pouco sobre o processo de produção atualmente? Quais produtos ou frutas são produzidos?
- 5. Poderia dizer para onde (cidades, estados) são enviadas as frutas? Centros de distribuição e algo assim?
- 6. Qual a quantidade de frutas em peso é produzida anualmente?
- 7. Quantas famílias japonesas e descendentes ainda compõem a cooperativa?
- 8. Saberia me dizer sobre o tamanho das propriedades vinculadas à cooperativa? Se são pequenas, médias ou grandes?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA CHEFE DE FAMÍLIA JAPONÊS

- 1. Poderia falar um pouco sobre você? Idade, onde nasceu (cidade, estado e país), nível de estudo, por exemplo?
- 2. Saberia me informar o tamanho da comunidade japonesa que vive aqui em Turvolândia, hoje, considerando os que não nasceram no Brasil e seus descendentes?
- 3. (Se for imigrante de primeira geração.) Como foi seu processo de adaptação em um novo país, considerando alimentação, clima, idioma? E cultural)
- 4. (Se for imigrante de primeira geração.) Ao chegarem no Brasil, para onde se dirigiram, e por que?
- 5. (Se for imigrante de primeira geração.) Você se lembra da sua cidade e província de origem no Japão? Qual o nome delas?
- 6. Você ainda tem familiares no Japão? Se tiver, você mantém contato com eles e envia para eles algum tipo de recurso (dinheiro)? Poderia falar um pouco sobre essas questões?
- 7. Quando e como foi a chegada à Turvolândia? Antes da Turvolândia, onde estavam instalados?
- 8. Como foi a decisão da produção de frutas e a organização com outras famílias?
- 9. A comunidade japonesa aqui no município se dedica a outras atividades que não estejam ligadas à agricultura?
- 10. Quais as suas perspectivas aqui no município? Pretende voltar ao Japão ou migrar para outra localidade?